

Luciane Manika Espíndola

**IDEOLOGIAS PARA O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964:
EXPLANAÇÃO E CRÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do grau de
bacharela em Ciências Sociais.
Orientador: Prof. Dr. Itamar Aguiar

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Manika Espíndola, Luciane
Ideologias para o golpe civil-militar de 1964 :
Explicação e crítica / Luciane Manika Espíndola ;
orientador, Itamar Aguiar, 2017.
96 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Ideologia. 3. Golpe de
1964. 4. Capitalismo multinacional-associado. 5.
Sociologia política. I. Aguiar, Itamar. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

Luciane Manika Espíndola

**IDEOLOGIAS PARA O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964:
EXPLANAÇÃO E CRÍTICA**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para
obtenção do título de Bacharela e aprovado em sua forma final pela
Coordenação do Curso de Ciências Sociais

Florianópolis, 5 de dezembro de 2017

Tiago Bahia Losso
Coordenador do curso

Banca examinadora

Prof. Dr. Itamar Aguiar
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

José Carlos Mendonça
Universidade Federal de Santa Catarina

Raúl Burgos
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

A formação do campo para se desenvolver um regime autoritário não se dá por acaso. Na ditadura brasileira (1964-1985), observa-se que forças políticas organizadas em torno de um projeto de classe objetivo – a plena integração do Brasil no modelo econômico de capitalismo internacionalizado – foi capaz de promover a instauração de um governo de Estado que atendesse aos seus interesses particulares. Para legitimação desta ação de classe, foi fundamental a difusão massiva de argumentos ideológicos que justificavam a necessidade urgente de uma ruptura institucional. A partir de uma discussão sobre o conceito de ideologia, a presente pesquisa investiga como se deu a articulação entre a ideologia anticomunista e ideologias militaristas (como a Geopolítica e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento) na construção de um consenso pela derrubada do presidente Goulart. Aborda-se também a atuação político-ideológica das principais instituições que operavam enquanto canais de difusão destas ideologias: ESG (Escola Superior de Guerra), IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais).

Palavras-chave: Ideologia; Golpe de 1964; Capitalismo multinacional-associado.

ABSTRACT

Shaping a field to develop an authoritarian regime does not happen by chance. In the Brazilian dictatorship (1964-1985), political forces organized around an objective class project - the full integration of Brazil into an economic model of internationalized capitalism - were able to promote the establishment of a state government accorded to their particular interests. To legitimize this class action, it was fundamental the massive diffusion of ideological arguments that justified an urgent need for an institutional rupture. From a discussion of the concept of ideology, this research present how it was built the link between an anti-communist ideology and military ideologies (such as a Geopolitics and a National Security and Development Doctrine) in a consensus by overthrowing President Goulart. It also addresses the political-ideological agency of the main institutions that operated as channels of ideological diffusion: ESG (Higher School of War), IBAD (Brazilian Institute of Democratic Action) and IPES (Institute of Research and Social Studies).

Keywords: Ideology; 1964 Coup; Multinational-associated capitalism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. TEORIZAÇÕES ACERCA DA IDEOLOGIA	5
2.1 CONCEITOS DE IDEOLOGIA NO ÂMBITO DO MARXISMO	11
2.2. IDEOLOGIA, ESTADO E PODER	18
2.3. IDEOLOGIA, CIÊNCIA E TECNOCRACIA	20
3. O CONTEXTO DA DÉCADA DE 1960 NO BRASIL	27
3.1. O PROCESSO DE ENTRADA DO CAPITAL TRANSNACIONAL	27
3.2. A CRISE INSTITUCIONAL BRASILEIRA E O GOLPE DE 64	36
4. FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS E SUAS EXPRESSÕES INSTITUCIONAIS	41
4.1. IDEOLOGIA ANTICOMUNISTA	41
4.2. IDEOLOGIAS MILITARISTAS	48
4.2.1. Geopolítica	54
4.2.2. Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento	57
4.3. CANAIS DE DIFUSÃO IDEOLÓGICA	61
4.3.1. Escola Superior de Guerra	61
4.3.2. Complexo IPES e IBAD	64
5. ARTICULAÇÃO DE IDEOLOGIAS EM FAVOR DO GOLPE	71
5.1. ARGUMENTAÇÃO CIENTÍFICA	71
5.2. TODOS PELA DEMOCRACIA	72
5.3. UMA SAÍDA INEVITÁVEL EM NOME DO BEM COMUM ..	78
6. A QUESTÃO DE FUNDO	85
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

1. INTRODUÇÃO

A motivação para a presente pesquisa emerge dos estudos realizados no período da graduação junto ao Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), situado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Enquanto bolsista e pesquisadora entre os anos de 2011 e 2015, por meio dos projetos do MDH (Memorial dos Direitos Humanos) e do GEPENSAH (Grupo de Estudos do Pensamento Heterodoxo), participei de estudos que trataram de temas como governos totalitários, ditaduras, autoritarismo, violência de Estado, repressão, conflitos e lutas sociais.

Embora disponhamos de um amplo registro historiográfico e sociológico sobre o período da ditadura no Brasil, a presente pesquisa de conclusão de curso busca abordar especificamente quais foram os principais aspectos ideológicos que legitimaram a derrubada do governo presidencial de João Goulart e a imposição da ditadura por meio do golpe civil-militar de 1964, procurando evidenciar as questões mais aparentes e as mais profundas deste processo. Partindo da compreensão de que formas institucionais que sustentaram a imposição de um regime de Estado autoritário se mantêm na sociedade contemporânea, faz-se pertinente a pesquisa sobre as vicissitudes deste período histórico.

O principal evento histórico dos anos 1960 no Brasil foi o Golpe civil-militar que marcou o início do período ditatorial mais recente do país. Essa ruptura institucional teve apoio de amplos setores da sociedade brasileira e internacional, dos quais se destacam a burguesia agrária e a elite empresarial nacional (que compunham o grupo aqui categorizado como burguesia interna brasileira¹), os setores militares, as camadas médias brasileiras, as corporações multinacionais instaladas no país e o governo estadunidense. Atuando por diferentes meios e com diferentes objetivos, a união desses grupos legitimou a instauração do regime ditatorial civil-militar que governou o Brasil entre os anos de 1964 e 1985.

¹ Apesar da compreensão de que a sociedade como um todo é permeada pela cisão entre classes, onde a burguesia exerce seu domínio sobre o proletariado, para a presente pesquisa, é operacional a categorização e diferenciação da “burguesia interna brasileira” em relação a “burguesia externa”. Ambas estão a serviço da manutenção do capitalismo e de sua dominação, mas verificar-se-á adiante que possuem diferentes composições e características, atuando também por diferentes meios no contexto da década de 60 no Brasil.

No pós II Guerra Mundial (1939-1945), com o desenvolvimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as ideias relacionadas a esse tipo de capitalismo de Estado², ideologicamente perpetuadas como “comunistas”, mostraram-se tangíveis e capazes de alcançar o imaginário das pessoas. O progresso da experiência soviética fazia frente ao capitalismo liberal hegemônico, ao passo que em nível mundial, o cenário político da década de 60 foi configurado pela Guerra Fria, o embate geopolítico que disputava zonas de influência entre os dois sistemas econômicos majoritários: capitalismo liberal X capitalismo de Estado.

Tanto Estados Unidos quanto URSS promoveram a formação de alianças militares, tratados diplomáticos de assistência e cooperação bélica mútua entre os países-membros, para fortalecimento defensivo e ostensivo. De um lado, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) teve sua fundação em Washington, 1949 sob a liderança dos Estados Unidos, em aliança com Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido³. Em oposição à OTAN, o Pacto de Varsóvia é firmado na Polônia em 1955, originalmente agregando as forças soviéticas da URSS, Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia⁴.

Os Estados Unidos, enquanto maior potência econômica do capitalismo liberal, se debruçaram na investida contra o “comunismo” soviético na América Latina, sua principal zona de influência e dominação, utilizando-se de diferentes frentes de combate: expansão da

² Distante da destruição do aparelho estatal e da autonomia proletária, o processo revolucionário russo foi dirigido por um grupo de intelectuais bolcheviques, que com o objetivo comum de derrubar o Estado feudal na forma de absolutismo czarista, conseguiram traçar uma estratégia capaz de aliar os interesses proletários do operariado aos interesses burgueses do campesinato. No regime bolchevique, a classe burguesa chegou perto da extinção, contudo, mantiveram-se as relações de exploração capitalistas sob a gestão do Estado Soviético (ditadura de uma minoria) que minava as formas de auto-organização proletária, sendo o controle ideológico sobre as massas um dos principais instrumentos de poder do Partido.

³ Atualmente a OTAN conta com 28 países-membros, tendo passado por diversas reformulações ao longo dos anos que ampliaram o poderio da organização, em termos bélicos e diplomáticos.

⁴ O pacto de Varsóvia foi dissolvido em 1991, marcando o fim da Guerra Fria e da União Soviética.

política militarista por meio das escolas de guerra construídas por todo continente; tratados de ajuda econômica que garantiam o controle de conflitos e lutas sociais pelos governos locais; propaganda anticomunista divulgada extensivamente nos meios de imprensa e midiáticos. Seja pela assimetria dos pactos estabelecidos, seja pelas pressões políticas em si, é inegável que a presença dos Estados Unidos foi determinante para os acontecimentos políticos nos países latino americanos nessa segunda metade do século XX.

No Brasil, foi crucial a atuação das classes capitalistas na mobilização de setores das camadas altas e médias em um consenso favorável à derrubada do presidente Goulart, cujas políticas não atendiam às demandas político-econômicas destes grupos. Para o convencimento não só dos setores de alto escalão da sociedade brasileira, mas da população como um todo, foi necessário demonstrar que o país se encontrava diante de uma situação extrema de crise e desgoverno, onde apenas uma ruptura institucional poderia solucionar os catastróficos problemas do Brasil.

Nesse sentido, veículos midiáticos e instituições privadas da sociedade civil endossavam a bandeira do anticomunismo, motivados pela crença ideológica de que existiam forças subversivas no país – a incluir o presidente Goulart – dispostas a tomar o poder a qualquer momento e instaurar o “comunismo”, rompendo com todos os princípios da sociedade brasileira como a democracia, liberdade, ordem, progresso, família, moral, religião, bons costumes, paz.

Com base no entendimento de que a sociedade é constituída por classes sociais com interesses e perspectivas distintas, implicando que a(s) ideologia (s) seja(m) interpretada(s) como um instrumento de poder, com potência capaz de determinar as formas de organização de uma sociedade, a presente pesquisa se debruça a entender quais foram as ideologias dominantes que se entrelaçaram para culminar na legitimação social de um golpe de Estado, identificando quais eram os interesses compartilhados pelos principais atores sociais do período.

Desta maneira, delimitam-se o objetivo geral de compreender a apropriação, incorporação e aplicação de ideologias que fundamentaram a imposição da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985); e os objetivos específicos de caracterizar a formação ideológica e a articulação entre geopolítica, doutrina de segurança nacional e Estado autoritário; compreender o projeto político que orientou o golpe de 1964; e apresentar críticas às ideologias legitimadoras do golpe. Cabe ressaltar que todas as citações utilizadas ao longo do texto foram

adaptadas para o acordo ortográfico da língua portuguesa em vigor desde 2009.

Inicialmente, discute-se o conceito de ideologia com base nas perspectivas dos marxistas Louis Althusser e István Meszáros. Investigam-se também as relações que a ideologia tem com os conceitos de Estado, poder, ciência e tecnocracia. Em seguida, apresenta-se o contexto político e econômico da primeira metade da década de 1960 no Brasil, influenciado pela conjuntura internacional.

Delimitado este cenário, discute-se a ascensão das principais ideologias difundidas no período a ideologia anticomunista e as ideologias militaristas, expondo de forma sistemática a origem histórica e desdobramentos dos elementos ideológicos que foram mandatórios para justificar a necessidade da ruptura institucional do governo brasileiro. Apresentam-se também as instituições criadas para a difusão destas ideologias e articulação entre os principais atores sociais da época: IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e ESG (Escola Superior de Guerra). É importante esclarecer que foram inúmeras as entidades que participaram do cenário político da época, de modo que este trabalho apresenta um recorte específico dos acontecimentos.

Por fim, levanta-se qual foi a motivação profunda que fundamentou a criação de justificativas sociais em torno da “segurança hemisférica”, “desenvolvimento da nação”, “defesa da democracia”, “combate à corrupção”, “bem comum”, “ordem”, “paz e prosperidade” dentre outros argumentos ideológicos. A conclusão a que se chega é a de que o sentido do golpe civil-militar de 1964 foi uma adequação (realizada de forma autoritária) do Estado às necessidades do desenvolvimento capitalista, possibilitando um modelo multinacional e associado de negócios que representava a resposta a uma série de questões: alinhamento com os EUA e defesa contra o inimigo “comunista”, solução temporária para a crise política, econômica e social; sensação de estabilidade; garantia de condições gerais de produção. O grande êxito da articulação de ideologias foi a sua capacidade de mobilização de setores que tradicionalmente não se empenhavam na participação política, particularmente as camadas médias de modo que, naquele momento específico, as ideias particulares da elite orgânica brasileira foram defendidas pela maioria da população, legitimando a intervenção dos militares.

2. TEORIZAÇÕES ACERCA DA IDEOLOGIA

À ideologia são atribuídos distintos significados, sendo alguns mais ou menos precisos. Comumente, a ideologia é interpretada no sentido positivista em que a organização teórica acontece antes da prática, como um conjunto de ideias políticas e valores seletos que regem a vida de um indivíduo ou comunidade. Nesse primeiro capítulo, com o objetivo de esclarecer os fundamentos teóricos dessa pesquisa, será aprofundado e desenvolvido o conceito de ideologia a partir da vertente marxista, que expõe a ideologia como operação de falseamento da realidade concreta para legitimação das relações de dominação entre os homens.

O acúmulo e sistematização dos conhecimentos humanos articulados com a vida prática permitiu historicamente o desenvolvimento de métodos científicos que conduzem teorias para o entendimento da realidade. São exemplos dessas tentativas de explicação os sistemas de signos, de símbolos e representações; as pesquisas sobre a consciência humana e psicanálise; e os estudos materialistas e epistemológicos. Com esta mesma intenção investigativa, as teorias formuladas acerca da ideologia pretenderam e pretendem analisar as forças que atuam nas relações humanas, sua composição, e como se manifestam na psique humana (LENK, 1982)

Os novos paradigmas da modernidade nos séculos XVII e XVIII causaram uma ruptura epistemológica responsável pelo avanço de pesquisas principalmente no campo das ciências naturais e biológicas, embora a figura de “Deus” ainda estivesse presente nas explicações científicas da época (CHAUÍ, 1985). A revolução francesa de 1789 que derrubou o regime monárquico e instaurou uma república democrática é considerada o marco histórico do início da idade contemporânea, e com ela, mais uma quebra de paradigmas. O desenvolvimento prático dos ideais de racionalidade e secularidade iluministas – expressos, por exemplo, na elaboração de uma constituição burguesa para a garantia da propriedade privada – foram alicerces para a consolidação do capitalismo enquanto modelo econômico e político a ser difundido.

Embora possam existir traços dos estudos acerca da ideologia anteriormente, no sentido mais estrito, as primeiras sistematizações sobre o termo são provenientes do trabalho de ideólogos liberais franceses do fim do século XVIII e início do XIX. Em 1801, Destutt de Tracy (1754-1836) publica a obra “*Eléments d'Idéologie*”, onde é apresentada pela primeira vez a expressão ideologia, com a proposta de

investigar uma teoria genética das ideias, a partir de elaborações acerca da formação da vontade, percepção, razão e memória humanas, no sentido de entender conceitualmente as regularidades ocultas existentes nas relações sociais.

Segundo Chauí (1986), Napoleão Bonaparte⁵ foi responsável pelo enviesamento “pejorativo” do termo ideologia, que em 1812 durante um discurso ao Conselho de Estado culpou a ideologia pelas desgraças vividas na França. Os ideólogos franceses apoiaram o golpe de 18 Brumário (a 9 de novembro de 1799) que ascendeu o então general Napoleão Bonaparte ao cargo de primeiro cônsul, na crença em uma administração regida pelos ideais liberais da Revolução Francesa, porém, com o tempo passaram a discordar das ideias totalitárias de Napoleão e se opuseram ao regime.

O curioso, como veremos adiante, é que se a acusação de Bonaparte é infundada com relação aos ideólogos franceses, não o seria se se dirigisse aos ideólogos alemães, criticados por Marx. Ou seja, Marx conservará o significado napoleônico do termo: o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real. Assim, a ideologia, que inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das ideias calcadas sobre o próprio real, passa a designar, daí por diante, um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação com o real. (CHAUÍ, 1986, p. 25)

O fundador do positivismo Auguste Comte (1798-1857) retoma a ideologia a partir de dois significados: o primeiro dá continuidade ao acúmulo dos ideólogos franceses, compreendendo a ideologia a partir das sensações humanas. O segundo, e mais difundido significado consiste na ideologia como “ideias de uma época”, tanto do ponto de vista do senso comum quanto das elaborações eruditas. A corrente positivista propaga o entendimento de que os conhecimentos teóricos e

⁵ É importante distinguir entre Napoleão Bonaparte (Napoleão I), o general francês que liderou o avanço francês sobre o continente europeu, governando o país entre 1799 e 1815; e Carlos Luís Napoleão Bonaparte (Napoleão III), sobrinho de Napoleão I, que teve uma trajetória análoga ao do tio entre os anos de 1848 e 1870, marcada em primeira instância por um governo legitimado e posteriormente por um golpe de Estado. Em virtude dessa repetição histórica, Marx analisa o contexto político da França do século XIX numa obra intitulada “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”.

científicos podem servir de base para a elaboração de regras e normas práticas, com o objetivo de controlar os resultados mesmo que nas esferas da natureza e da sociedade. O positivismo corrobora, portanto, que a ideologia tem poder de comando sobre a vida dos homens, de modo que a teoria se constitui antes da prática. (CHAUÍ, 1986). Infere-se, assim, que essa linha de pensamento pode ser caracterizada como progressista e elitista, pois o conhecimento científico e sua aplicação é entendido como uma atividade restrita a pensadores competentes. Além disso, para Chauí, a atitude categórica que caracteriza o método positivista elaborado por Durkheim se mostra ideológica, porque ao esvaziar a cientificidade da pesquisa, ao eliminar as subjetividades do sujeito pesquisador, o que sobra é uma teoria que vai de forma direta das ideias aos fatos. O isolamento dos fenômenos externos no processo de construção do fato social faz com que esse se transforme em um dado estático, ignorando o movimento dialético.

Foi justamente com base no estudo do movimento dialético que Marx desenvolveu o método do materialismo histórico-dialético e analisou, entre outros, os fenômenos da alienação e da ideologia, num momento histórico de “assentamento” do ideal burguês da modernidade e desenvolvimento capitalista industrial na Europa do século XIX.

As concepções de Marx sobre a dialética se apresentam como resposta e contrapostas às concepções de Georg Hegel (1770-1831), renomado filósofo alemão que também se dedicou ao estudo do tema. Mantendo o cuidado com a análise das contradições e da alienação, o ponto de cisão entre a dialética hegeliana e a marxista é que Marx nega o estudo da história a partir Espírito (no sentido idealista de Hegel), propondo e executando um método baseado na materialidade da vida dos homens em suas condições sociais e históricas daquele período. Dessa maneira, para Marx,

o método histórico-dialético deve partir do que é mais abstrato ou mais simples ou mais imediato (o que se ofereceu à observação), percorrer o processo contraditório de sua constituição real e atingir o concreto como um sistema de mediações e de relações cada vez mais complexas e que nunca estão dadas à observação. Trata-se sempre de começar pelo *aparecer* social e chegar, pelas mediações reais, ao *ser* social. Trata-se também de mostrar como o ser do social determina o modo como este aparece aos homens. (CHAUÍ, 1986, p. 48)

Na obra “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels fazem análises críticas aos estudos elaborados por pensadores alemães que se propuseram a superar o pensamento hegeliano, sendo que na opinião dos autores, apesar das ressalvas, Feuerbach é quem melhor consegue cumprir essa tarefa. Nesse escrito também são incorporadas novas determinações à teoria da ideologia que já era pesquisada pelos filósofos ideólogos alemães como Feuerbach, Strauss, Stiner e Bauer, desta vez vinculada a uma perspectiva classista das relações sociais.

O prisma do pensamento marxista são as relações sociais entre as pessoas, entendidas como relações para a produção e reprodução das suas condições materiais de existência por meio do trabalho. A divisão social do trabalho se estende e transpassa por todas as esferas da sociedade capitalista, desde a instituição familiar até a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, promovendo formas de desigualdades sociais crescentes que são estruturais para a manutenção do sistema capitalista.

[...] essas formas de divisão social do trabalho, ao mesmo tempo que determinam a divisão entre proprietários e não proprietários, entre trabalhadores e pensadores, determinam a formação das classes sociais e, finalmente, a separação entre sociedade e política, isto é, entre instituições sociais e Estado. (CHAUÍ, 1986, p. 54)

A divisão social do trabalho é o primeiro elemento que se deve ter em mente para a compreensão da ideologia em Marx. O segundo elemento, decorrente da divisão social do trabalho, consiste no fenômeno da alienação: nas relações capitalistas, as atividades econômicas de produção, distribuição, circulação e consumo de mercadorias têm autonomia em relação às pessoas que executam essas operações, ou seja, possuem uma dinâmica de vida própria que é independente de quem a realiza – os homens são, então, meros instrumentos ou objetos desse processo, tendo suas vidas reguladas por essas relações de produção e consumo. Essa inversão entre “coisa” e “social” é apenas uma das contradições latentes do capitalismo, naturalizada nas práticas sociais.

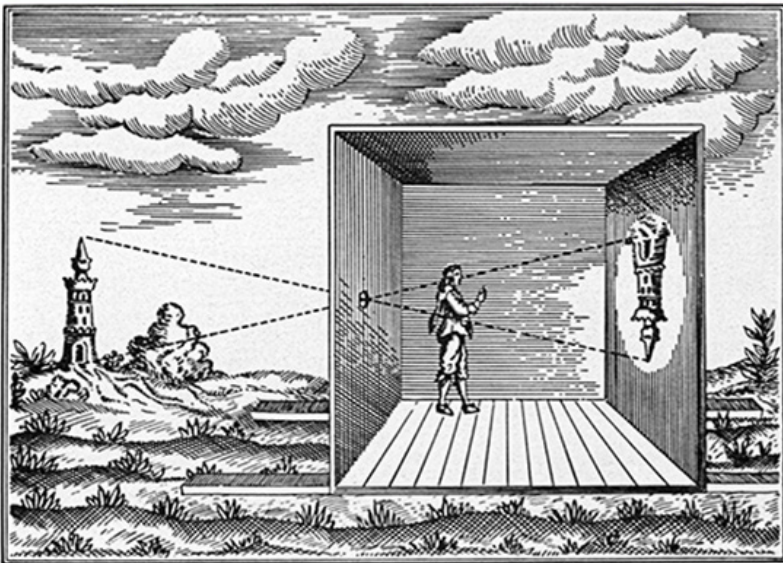
Nesse sentido, além do processo de produção aparentar autonomia diante das demais relações sociais, os trabalhos intelectual e manual aparentam ser autônomos entre si. Essa cisão tem como consequência a aparente independência das ideias manifestadas no meio

social, de modo que se encobre o fato de que estas ideias são pautadas por pessoas reais, com interesses reais. Por meio desse processo ideológico de falseamento das relações sociais reais – para Marx, a ocultação da luta de classes – são naturalizadas as relações de dominação e exploração entre os homens.

[...] o papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidos em sua realidade concreta. Para tanto, é função da ideologia dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classe, escondendo, assim, sua própria origem. (CHAUÍ, 1986, p. 103)

Sendo a ideologia um instrumento de dominação de classe, trata-se de uma operação de deturpação que converte as ideias particulares de uma classe como ideias gerais. Uma vez que a consciência tem como base a representação imediata das condições materiais em que se vive, e a realidade é contraditória, as ideias apreendidas sobre relações reais tendem a ser invertidas, alienadas – como expresso na metáfora da câmara escura. Engels e Marx apontam que a alienação na essência do homem (a representação imediata do real) cria a necessidade de uma representação imaginária de suas vidas, expressa na forma de uma falsa consciência sobre a realidade. A partir da cisão entre intelectual e manual (ou entre pensamento e práxis), a ideologia é possível na medida em que os homens assumem as idealizações como superiores e exteriores às suas experiências práticas. “[...] A “imaginação” ou a “representação”, que esses homens determinados têm para si de sua política real, transforma-se na única força determinante e ativa, que domina e determina a sua prática.” (MARX, 1996, p. 147).

Figura 1: Apreensão invertida do real no interior da câmara obscura



Fonte: Infinite Dictionary (2017)

A ideologia, portanto, aparece como um conjunto organizado de ideias e/ou representações a parte das condições materiais reais. Não se trata de um fenômeno arbitrário, mas sim de um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário, em decorrência das contradições alavancadas pela divisão da sociedade em classes sociais que marcam as condições reais de existência dos homens – sendo esta a definição teórica adotada para a análise sociológica desta pesquisa. Em outras palavras,

[...] a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. Ora, como a experiência vivida imediata e a alienação confirmam tais ideias, a ideologia simplesmente se cristaliza em “verdades” a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam as ideias “verdadeiras”. Seu papel também é o de fazer com que os homens creiam que tais ideias

representam efetivamente a realidade. (CHAUÍ, 1986, p. 87)

Apesar de a ideologia ser considerada no sentido marxista uma ilusão com base real, ela se restringe ao imediatismo da “aparência social” da realidade, configurando-se como uma prática de abstração e inversão da realidade em que se dá a transfiguração dos fatores determinados como determinantes e toda a realidade aparente é admitida sem questionamentos – o conceito clássico marxista de ideologia possui conotação negativa e crítica. Sumariamente, como resultado da incorporação leviana das experiências imediatas, constrói-se um sistema distorcido de ideias ou representações sobre a realidade, a ideologia, que, por fim, trata-se de uma expressão das contradições sociais do mundo real.

2.1. CONCEITOS DE IDEOLOGIA NO ÂMBITO DO MARXISMO

Para além do conceito clássico apresentado, com base nessa concepção original, o significado da ideologia foi reelaborado por outros pensadores marxistas, podendo ser classificada em dois grupos principais: 1) como superestrutura, expressando o conjunto total das formas de consciência social (jurídica, política, filosófica, moral, religiosa, etc) e 2) como expressão dos interesses e ideias políticas de uma classe social em particular (BOTTOMORE, 1988). Sistemáticamente, a primeira vertente apresenta a ideologia como conjunto de ideias de uma sociedade, enquanto a segunda – e mais forte vertente – designa a ideologia como conjunto de ideias de um grupo ou classe social específico.

Vale destacar que “A ideologia alemã” foi publicada no ano de 1920, permanecendo inédita por 37 anos após a morte de Marx. Consequentemente, as elaborações mais precoces dos contemporâneos e sucessores de Marx não tiveram acesso às argumentações presentes na “Ideologia alemã”, distanciando-se da conotação negativa e crítica da ideologia presente na obra. (BOTTOMORE, 1988, p. 185).

Em relação aos pensadores marxistas, Karl Kautsky (1854-1938), importante teórico da social-democracia europeia, foi o principal endossador da minoritária concepção da ideologia como superestrutura, uma aceção do termo que tende para o positivismo por assumir a ideologia no sentido de ideias políticas, religiosas, filosóficas, econômicas, etc. que compreenderiam a totalidade de uma época.ide

Contemporâneo a Kautsky, e um de seus principais debatedores, Vladimir Lênin (1870-1924) foi responsável pela ampliação do conceito de ideologia, no contexto de acirramento das lutas políticas na Europa Oriental ao final do século XIX.

[...] para Lênin a ideologia torna-se a consciência política ligada aos interesses de cada classe; em particular, ele dirige sua atenção para a oposição entre ideologia burguesa e ideologia socialista. Com Lênin, portanto, o processo de transformação do significado de ideologia chega ao seu ponto culminante. A ideologia já não é uma distorção necessária que oculta as contradições tornando-se, no lugar disso, um conceito neutro relativo à consciência política das classes, inclusive da classe proletária. (BOTTOMORE, 1988, p. 186)

A contribuição leninista sobre a ideologia teve grande repercussão e influenciou novas contribuições como a de Lukács⁶ e Gramsci. Apesar de Gramsci não adotar a concepção negativa da teoria clássica da ideologia, sua obra apresenta eixos de análise lídimos e de repercussão como hegemonia e a ideia de organicidade – tanto em relação à ideologia quanto ao papel dos intelectuais. E. P. Thompson, por sua vez, emprega a ideologia no sentido crítico, pautando que ela estabelece e sustenta relações de poder sistematicamente desiguais em determinados contextos sócio-históricos.

Não obstante as contribuições mencionadas, para a presente pesquisa, além do conceito clássico de Marx e Engels, serão aprofundadas e contrastadas as concepções de ideologia presentes nas teorias do franco-argelino Louis Althusser (1918-1990) e do húngaro István Meszáros (1930-2017). Ambas as concepções, e as devidas críticas que se reservam a elas, contribuem para discutir o papel do Estado como instituição social ideológica e as atuações político-ideológicas de classe no período da década de 1960 no Brasil, objeto de investigação desta pesquisa.

Oriundos da escola teórica do marxismo, os dois autores objetivam diferentes perspectivas em seus estudos. Para presente pesquisa, serão analisadas as teorias contidas em “Aparelhos Ideológicos de Estado”⁷ de Althusser, publicado originalmente em 1969; e “O poder da Ideologia”, de Meszáros, 1989. Enquanto o primeiro se

⁶ E por consequência em Meszáros, assistente e sucessor de Lukács.

⁷ Ou “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”, a depender da edição.

concentrou na elaboração de uma teoria geral da ideologia, o segundo tem o propósito de enxergar como se manifesta o poder oriundo da ideologia.

A teoria da ideologia de Marx tem como plano de fundo a sua concepção sobre a organização da sociedade em duas grandes esferas que se relacionam dialeticamente: A infraestrutura ou base econômica, que consiste na unidade entre forças produtivas e relações de produção; e a superestrutura, que consiste nas instâncias jurídico-políticas e ideológicas. Apesar de adotar esse referencial de organização da sociedade entre infra e superestrutura, e reiterar que a ideologia é preexistente aos aparelhos ideológicos (assim como as classes sociais são preexistentes à luta de classes), Althusser critica e se propõe a superar a noção da ideologia como falsa consciência apresentada por Karl Marx, por entender que se trata de uma tese “positivista-historicista” (ALBUQUERQUE, 1983).

Na elaboração de uma teoria geral para a ideologia a partir de uma leitura das obras de Marx, Althusser logrou significativa influência, mas também recebeu duras críticas no próprio bojo do marxismo. A principal delas, realizada principalmente por E. P. Thompson, consiste no descarte do elemento empírico da luta de classes no desenvolvimento da teoria althusseriana dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e Aparelho Repressivo de Estado (ARE), que de modo esta se autovalida de forma circular. O próprio Meszáros critica Althusser por fazer uma leitura positivista da obra de Marx que resultam em interpretações simplistas. Em 1970 Althusser redige um *post-scriptum* onde reconhece limitações de sua obra:

Estas poucas teses esquemáticas permitem esclarecer certos aspectos do funcionamento da superestrutura e da sua intervenção na infraestrutura, são evidentemente abstratas e deixam necessariamente em suspenso importantes problemas. (ALTHUSSER, 1974, p. 68)⁸

Ainda em resposta às críticas recebidas, seis anos após a primeira edição, o autor escreveu uma resposta chamada “Notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado”, encontrada como apêndice da obra original nas edições mais recentes.

⁸ *Si bien estas pocas tesis esquemáticas permiten aclarar ciertos aspectos del funcionamiento de la superestructura y de su modo de intervención en la infraestructura, son evidentemente abstractas y dejan necesariamente en suspenso importantes problemas [...].*

Apesar das “turbulências” que envolvem a teoria althusseriana da ideologia, e das críticas a ela cabíveis, considera-se que esta contribuição não é descartável, por possibilitar o aprofundamento da discussão sobre o Estado, menos explorada por Marx: a crítica de Althusser à elaboração de Marx, da ideologia como falsa consciência, deu vazão para a percepção genuína de uma materialidade expressa nos Aparelhos Ideológicos de Estado.

A primeira das duas teses centrais que Althusser (1983) dispõe para a explicação da ideologia é a de que esta representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, implicando que as relações ideológicas façam parte das relações sociais entre as pessoas. Apesar de a concepção clássica marxista também pautar que a ideologia permeia as relações em sociedade, e é inevitavelmente sustentada e reproduzida pelas pessoas que fazem parte dessa sociedade, a proposição althusseriana parte da condição intelectual para a condição material, sem amarras ao método do materialismo histórico-dialético. Cabe enfatizar que, de forma idealista, para Althusser, a ideologia faz com que os indivíduos sejam constituídos como sujeitos, no sentido de que estes se encontram numa posição reconhecida de submissão em relação a superestrutura.

A segunda tese central de Althusser sobre a ideologia explica as origens dessa relação imaginária, definindo que a ideologia possui uma existência material, expressa em um aparelho e/ou em suas práticas: um sujeito age segundo o seu pensamento, que por sua vez é formatado segundo ideologias. Nota-se que o autor investiga na superestrutura aquilo que qualifica como “relação imaginária”, prendendo sua análise principalmente no âmbito das instituições sociais, que são simbióticas à existência dos Aparelhos de Estado⁹. Por outra via, Marx e Engels partiram da infraestrutura para a análise da ideologia. Nesse sentido, construíram reflexões acerca, por exemplo, do fenômeno da alienação, sustentando com maior congruência a sua teoria.

Esquemáticamente, Althusser explica a ideologia por meio da relação entre os múltiplos Aparelhos Ideológicos de Estado (igrejas, escolas, família, imprensa, sindicato, sistemas jurídicos e eleitorais,

⁹ O enfoque da análise althusseriana no âmbito da superestrutura faz remeter à explicação de Kautsky sobre ideologia, também julgada como positivista. Contudo, é importante delimitar que Althusser identifica a influência preponderante de uma parcela da sociedade sob a ideologia, não a atribuindo generalizada ao conjunto total de ideias de uma época como na concepção kautskista.

dentre outros) e o centralizado Aparelho Repressivo de Estado (governo central, administração, exército, polícia, prisões, tribunais, etc). Os primeiros operam principalmente por meio da ideologia, podendo ser estatais ou privados¹⁰; e o segundo, por excelência, pertence inteiramente ao domínio do Estado, ao qual é constitucionalmente reservado o monopólio da violência.

Todos os aparelhos de Estado objetivam a reprodução das relações de produção, realizada por meio das diferentes combinações entre eles: para tanto, Althusser localiza que o mecanismo ideológico básico da sujeição ao conjunto dos Aparelhos de Estado está presente nas ideias, práticas, rituais e instituições concretas. Enquanto o ARE viabiliza as condições políticas para a reprodução das relações de produção da sociedade e dos aparelhos ideológicos, se utilizando dos mecanismos de repressão (seja por proibições administrativas, censuras, ordens ou força brutal), os AIE dependem a sua existência na reprodução das relações sociais de produção.

É notável que em Althusser, a ideologia está intrinsecamente associada à existência do Estado. Conceitualmente, o autor cinde o Estado nas facetas de Aparelho Repressivo e Aparelhos Ideológicos. Em perspectiva, AIE e ARE se relacionam e se sustentam mutuamente sob a égide da ideologia dominante (no sentido de que uma parcela da sociedade tem maior poder de influência), expressando-se concretamente nas formas institucionais. Reciprocamente, as instituições, como expressão prática da ideologia, são responsáveis pela perpetuação da ideologia dominante.

O destaque de uma ideologia dominante condiz com o reconhecimento da luta de classes, como expressa na teoria clássica marxista. De toda maneira, é nevrálgico para o estudo da ideologia investigar o que sustenta as ideias dominantes em uma sociedade, sendo este um tema abordado por Althusser, Meszáros e também Marx e Engels. Na a concepção clássica,

A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um

¹⁰ Na atual configuração da sociedade, preponderantemente com base no Estado democrático de direito, as esferas pública e estatal, embora distintas, são apresentadas como indissociáveis. Partindo do critério do controle da gestão, pode-se compreender que a esfera privada é gerida por indivíduos ou grupos limitados de indivíduos; a esfera estatal é gerida pela instituição Estado; enquanto a esfera pública é autogerenciada por aqueles que dela usufruem.

todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias). (CHAUÍ, 1986, p. 93-94)

Este eixo – a existência de uma ideologia dominante – é pelo qual a análise de Meszáros se insere, ao pesquisar as relações entre poder e ideologia. Para o autor, a ideologia se apresenta como uma forma específica de consciência social, sendo uma “*consciência prática inevitável na sociedade de classes*” (MESZÁROS, 2004, p. 65, itálico do autor) com influência na produção intelectual e material dos períodos históricos, determinando historicamente uma certa época. A ideologia dominante, dessa maneira, tem na visão do autor o poder sobre as instituições políticas, culturais e de comunicação da sociedade.

Meszáros compreende que os representantes da ideologia dominante em nossa sociedade há muito se apropriaram do poder da ideologia, e, segundo a sua análise, usam desse recurso para acusar as ideologias divergentes como repreensivelmente ideológicas. Nesse caso, há uma mitificação, privilégio da ideologia dominante, expressa na condenação idealista e unilateral da ideologia.

Nunca será demasiado sublinhar a impossibilidade de explicar o poder da ideologia (efetivamente exercido apesar das distorções identificáveis) em termos ideológicos autorreferenciais. Somente a profunda afinidade estrutural entre as inversões práticas e materiais e as inversões intelectuais e ideológicas pode tornar inteligível o impacto maciço da ideologia dominante sobre a vida social. (MESZÁROS, 2004, p. 475)

Diferentemente de Althusser, os estudos de Meszáros não objetivam a construção de uma teoria sobre a ideologia. Possuem seu foco orientado em explorar a natureza da ideologia e explicá-la no contexto da sociedade capitalista do século XX e dos principais marcos históricos do período, como o alcance de uma ideologia dominante nos mais amplos e mais estreitos ramos da vida social e a consolidação de um sistema de produção altamente destrutivo. Essa análise tão contemporânea faz de Meszáros um dos mais influentes teóricos provenientes do marxismo – mais especificamente da corrente de Lukács – na atualidade.

A grande crítica que cabe ao autor é em relação ao seu imperativo de conquista do controle da estrutura social. Meszáros, na contramão de Marx, confia à ideologia um valor positivo de poder emancipatório, por

considerar que a negatividade epistemológica esgota possibilidades de mudanças sociais ou construção de uma nova sociedade.

Por isso ele se contrapõe radicalmente ao “costume” de considerar a ideologia como “o principal obstáculo da consciência para a autonomia e a emancipação”. Pelo contrário, destaca ele, “A ideologia pode (e de fato o faz) servir a ambos os lados com seus meios e métodos de mobilização dos indivíduos”. (ASSUNÇÃO, 1996, p. 4-5)

A proposição de emancipação pelas vias de poder institucionalizadas não faz jus à “radicalidade” presente no pensamento de Meszáros, tanto da que é atribuída à sua obra¹¹, quanto da que o autor atribui à política bolivariana¹², por exemplo. Tendo em vista que o significado do termo “radical” se refere à base, fundamento ou origem de alguma coisa, a conquista dos meios de poder ou da ideologia dominante, não é suficiente, ou não garante, o fim das relações de exploração entre os seres humanos, que na perspectiva de Marx se constitui fundamento da sociedade capitalista. Em certa medida, aqui se revela uma herança de Lênin e Lukács, dois autores que preservam a existência de uma ideologia revolucionária e uma noção distorcida de socialismo que mantém as estruturas burocráticas do Estado capitalista (LOPES, 2008).

Silva (2004), que parte da base de interpretação thompsoniana contribui no debate teórico acerca da ideologia ao trazer de forma esquemática parâmetros para defini-la: trata-se de um fenômeno material, e não apenas metafísico, que trabalha no sentido de legitimar uma estrutura de dominação ou para o estabelecimento de uma nova (SILVA, 2004, p. 54-55). Em grande medida essa síntese é encontrada nas teorias sobre a ideologia de Marx, Althusser e Meszáros abordadas nesta pesquisa.

Seguindo o método de estudos do materialismo histórico-dialético, o estabelecimento da ideologia dominante em determinada época está associado e condicionado por dois fatores: a orientação do antagonismo das estruturas sociais, e o caráter específico daquele período histórico em que o conflito social se insere. Contudo, é importante ressaltar que o discurso ideológico não é oriundo

¹¹ Nesse sentido consultar entrevista do autor (MESZÁROS, 2006a).

¹² Conferir texto de autoria de Meszáros acerca da política de Bolívar e Chávez (MESZÁROS, 2006b).

exclusivamente da ideologia, sendo também condicionado pelos conflitos específicos em andamento em determinada época.

Nesse sentido, é pertinente explorar a relação existente entre ideologia e Estado, de um ponto de vista histórico e discutindo a importância do poder de Estado para a manutenção do domínio de uma ideologia dominante na sociedade capitalista, e conseqüentemente, a sobrevivência dessa forma de organização.

2.2. IDEOLOGIA, ESTADO E PODER

O Estado, enquanto instituição síntese de múltiplas instituições, aparece como instância final e plausível da representação dos interesses coletivos e concentra em si frentes coesivas e coercitivas de controle social, sob uma legitimidade social que na verdade é compulsória, tratando-se possivelmente da instituição social de maior importância para o funcionamento da sociedade capitalista.¹³

Meszáros aponta que a tendência totalizadora do capitalismo se utiliza do Estado para a perpetuação e reprodução das relações assimétricas de poder necessárias ao sociometabolismo (*sic*) do sistema. Com base na sua característica de operar pela violência, a concepção clássica da teoria marxista explica o Estado como um aparelho repressivo, que preserva os interesses da classe dominante e ideologicamente aparenta ser distinto das pessoas:

Como, porém, o Estado não poderia realizar sua função apaziguadora e reguladora da sociedade (em benefício de uma classe) se aparecesse como realização de interesses particulares, ele precisa aparecer como uma forma muito especial de dominação: uma dominação impessoal e anônima, a dominação exercida através de um mecanismo impessoal que são as leis ou o Direito Civil. Graças às leis, o Estado aparece como um poder que não pertence a ninguém. Por isso, diz Marx, em lugar do Estado aparecer como poder social unificado, aparece como um poder desligado dos homens. Por isso também, em lugar de ser dirigido pelos homens, aparece como um poder

¹³ Mesmo numa administração de capitalismo liberal, o Estado é um importante cliente dos bancos e corporações privadas. Na situação de profunda crise financeira como a do início do século XXI, por exemplo, observa-se que os governos foram responsáveis por socorrer empresas.

cuja origem e finalidade permanecem secretos e que dirigem os homens. Enfim, como o Estado ganhou autonomia, ele parece ter sua própria história, suas fases e estágios próprios, sem nenhuma dependência da história social efetiva. (CHAUÍ, 1986, p. 70-71)

O sistema político-eleitoral, as formas de governabilidade, a organização administrativa e a relação com a sociedade civil, são exemplos de elementos que compõem o Estado, combinando-se de diferentes formas nas sociedades contemporâneas, desdobramento de maiores ou menores transformações em virtude de processos histórico-sociais específicos de cada localidade. Na visão de Althusser, o Estado teve capacidade de se manter mesmo em situações onde o poder de Estado é abalado por acontecimentos políticos, como uma revolução social: enquanto o poder de Estado está relacionado aos interesses de classe em disputa, o Estado, como Aparelho de Estado detentor dos mecanismos de repressão e articulado com Aparelhos Ideológicos, vem se mantendo intacto ao longo do tempo¹⁴.

Nesse sentido, a diferenciação que Althusser realiza entre poder de Estado e (Aparelho de) Estado, é didática para entender a razão pela qual os Aparelhos Ideológicos de Estado acompanham as transformações sociais, se multiplicando especializando ao longo do tempo. Cada período histórico possui um aparelho ideológico principal, capaz de em grande medida amalgamar os diferentes grupos sociais, como já foi o papel da família e da religião, e atualmente é o do aparato jurídico ou o Direito, que opera como mentor da razão e regula as relações da vida em sociedade sob a aparência de justiça e legitimidade, quando na prática, trata-se de uma regulamentação construída democraticamente por um grupo restrito de pessoas (representantes eleitos e/ou indicados), e que atua em benefício das camadas dominantes.

Na teoria althusseriana, o Estado opera como ferramenta de dominação de uma classe de forma repressiva e/ou ideológica, na medida em que existe um grupo restrito que controla o poder de Estado e suas instituições. Uma vez que para Althusser a luta em torno do

¹⁴ Um exemplo prático seria o caso da revolução russa de 1917, em que mudam os detentores do poder de Estado, porém, sua estrutura repressiva é mantida, como explicado na nota de rodapé n. 2. No período da história contemporânea tem sido de duração efêmera as experiências que têm conseguido romper em termos práticos a estrutura de poder do Estado.

Estado se trata da luta em torno da detenção do poder de comando legítimo que é a ele atribuído, o poder de Estado nada mais é do que o controle sobre o aparelho de Estado. Nesse sentido, a contestação política das instituições sociais amalgamadas no Estado é de suma importância para o “esvaziamento” do poder de Estado – bem como a construção de instituições autônomas que atendam plenamente às necessidades sociais.

Mesmo sendo o Estado o principal garantidor das condições de reprodução da sociedade capitalista – e nessa condição um grande gestor dos negócios da burguesia¹⁵ – não há de se ignorar que a classe dominante possui entre si uma concorrência interna. Althusser aponta que a ideologia dominante possui um duplo enfrentamento para se manter em tal posição: contra os elementos de uma ideologia dominante anterior, e contra as tendências antagônicas à sua dominância. Portanto, é operacional para compreender essa disputa contínua o entendimento baseado em Marx de que o domínio econômico, social e político de uma classe social corresponde também ao domínio das ideias vinculadas em uma época, de modo que ideias particulares de um grupo são ideologicamente difundidas como coletivas. Adiante será observado o exemplo prático dessa “dança” de poder, no contexto do golpe civil-militar de 1964.

2.3. IDEOLOGIA, CIÊNCIA E TECNOCRACIA ¹⁶

A argumentação científica é um importante referencial para a sociedade contemporânea, uma vez que permitiu importantes avanços tecnológicos e históricos para a humanidade. Todavia, é necessário observar que a ciência e a pesquisa científica não estão desprovidas de influências ideológicas, pelo contrário, podem se configurar como um meio de reprodução e sustentação do *status quo*.

Na visão althusseriana, ideologia e ciência são opostos e independentes. O autor não se dedica à discussão em torno da ciência

¹⁵ Paráfrase da máxima exposta por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista.

¹⁶ Encontra-se na literatura pesquisada uma gama de nomeações equivalentes para a tecnocracia (em SILVA, 2004 e MESZÁROS, 2004), como tecnopresariado (DREIFUSS, 1981 e 1986) e tecnoburocracia (GUTIERREZ, 1992). Todavia, como observa Bernardo (1987), apesar das mínimas distinções na definição dos termos, são ao todo gestores do capital.

em “Aparelhos Ideológicos de Estado”, mas como aponta Trigueiro (1985), Althusser defende que o objeto do estudo científico não requer conexão com aquilo que é real: “[...] a prática científica produz uma forma de tratamento que pode prescindir o tratamento ideológico.” (TRIGUEIRO, 1985, p. 425). Nesse sentido, o posicionamento de Althusser faz parecer que ideologia e ciência pertencem a mundos distintos. A visão marxista clássica, contudo, demonstra a importância de buscar compreender a realidade de forma dinâmica:

[...] a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, que não é pré-conceito nem pré-noção, mas que é um “fato” social justamente porque é *produzida* pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira de produção das ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais. (CHAUÍ, 1986, p. 31. Destaques da autora)

A investigação de Meszáros acerca das relações entre ideologia e ciência, por outra via, é mais aprofundada e tem como ponto de partida observações sobre o uso das formas de comunicação e de linguagem pela ideologia dominante. Para o autor, no contexto de amplo desenvolvimento tecnológico e instrumental e expansão do capitalismo liberal do século XX, o discurso científico foi uma ferramenta importante para a perpetuação de ideologias.

[...] os problemas e contradições da ordem social estabelecida, com suas evidentes desigualdades, podiam ser apresentados pela primeira vez na história como fenômenos estritamente transitórios, que o avanço do conhecimento científico e sua aplicação sistemática à produção acabariam superando, tão certo quanto o dia segue a noite. (MESZÁROS, 2004, p. 246)

Desse modo, a ciência e suas especialidades adquirem um poder legitimador e de influência não apenas do campo técnico, mas também social, político e cultural. Meszáros chama atenção também para o fato de que a posição privilegiada da ideologia dominante tem o poder de impor condições para as elaborações científicas “[...] Isso acaba trazendo sérias consequências para os intelectuais que tentam articular alguma forma de contraconsciência, por são obrigados a reagir às

condições impostas, em um terreno escolhido por seus adversários.” (MESZÁROS, 2004, p. 233). Este discurso tecnocrático baseado em pesquisas científicas e construído no bojo da ideologia dominante, portanto, elabora discursos que provêm a autenticação recíproca entre as necessidades ideológicas para a manutenção da dominância de uma classe, e as formas institucionais que sustentam essa estrutura de poder.

No intuito de compreender como se deu a relação entre ideologia, ciência e tecnocracia no período histórico dos anos 1960, a contribuição de Ricardo Silva em “A Ideologia do Estado Autoritário” traz apontamentos pertinentes para a presente pesquisa. O autor investiga o desenvolvimento do discurso em torno da suposta necessidade da hipertrofia do Estado – o Estado autoritário – para se contrapor à sua população débil a partir do argumento de autoridades técnicas e científicas. Para tal, compara a situação brasileira dos anos 1920/30 em que os sociólogos Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Viana e Francisco Campos tiveram papel fundamental para a legitimação do estabelecimento da ditadura estado-novista de Vargas, e a conjuntura da década de 60, em que de forma análoga ao período dos anos 20 e 30, os economistas Roberto Campos e Eugênio Gudín desempenharam papel de destaque como ideólogos do Estado autoritário expresso no regime de ditadura civil-militar iniciado em 1964.

Na perspectiva de Silva, há um discurso ideológico do Estado autoritário desenvolvido para as elites, trabalhando no sentido de desmobilizar movimentos sociais autônomos e setores populares e procurando também angariar o apoio das camadas médias. Na década de 1960, tornaram-se mais comuns as publicações periódicas alicerçadas sob um discurso tecnocrático para a legitimação de uma forma política de dominação estatal, onde as elites preparadas se encontram sobrepostas a todos os outros setores da sociedade. As medidas corretivas para a ampla crise do Brasil eram autoritárias e ideologicamente apresentadas como inevitáveis para o efetivo estabelecimento do almejado desenvolvimento econômico com estabilidade, mote do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), colocado em prática após o golpe.

Os economistas Roberto Campos e Eugênio Gudín foram partidários de um modelo de desenvolvimento para o Brasil que fosse capaz de ampliar as condições de reprodução do capitalismo multinacional, como a ditadura civil-militar provou ser¹⁷. As

¹⁷ Para uma investigação mais detalhada sobre a atuação de Campos e Gudín,

comunicações de ambos, cuja influência política no início dos anos 1960 não advinha da posse cargos públicos ou de redes político-partidárias, mas sim da presença constante nos grandes veículos de comunicação enquanto respeitadas formadores de opinião, ilustra o poder de influência do discurso tecnocrático na conjuntura da década de 1960 e a importância dos fenômenos econômicos nos debates de ideias e na agenda estatal.

[a ciência econômica] fornece material mais rico e persuasivo para a retórica do tecnocrata, devido às características relativas à facilidade de modelização e quantificação de variáveis, além de seu caráter mais impenetrável ao entendimento do cidadão comum decorrente de sua retórica, o que facilita a justificativa do arbítrio dos especialistas. (SILVA, 2004, p. 244)

Campos e Gudin publicizavam discursos conjunturais tecnocráticos de caráter liberal que se encontravam no alcance das elites e massas, com vigorosas críticas ao governo João Goulart, onde culpavam o caos vivido à má gestão política e econômica que gerou inflação e instabilidade; e às mobilizações políticas do início dos anos 60 como as Ligas Camponesas, centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores rurais e mobilizações dos setores de base das forças armadas, que operavam atitudes políticas “irracionais”. (Silva, 2004) Os grandes interessados no desenvolvimento capitalista frequentemente atacavam a incapacidade do governo em gerir o desenvolvimento econômico. Era comum a crítica à baixa racionalidade e ao baixo grau de educação política que configuram um contexto cultural não só do Brasil, mas da América Latina como um todo e a mantém vulnerável à situações de crise e instabilidade, impedindo um desenvolvimento pleno da economia liberal.

Do ponto de vista marxista, os dois ideólogos são considerados gestores, auxiliando o desenvolvimento capitalista. Na visão clássica, se considera que tanto a dominação tradicional dos capitalistas individuais quanto a dominação moderna dos *managers* ou gestores mantém invariavelmente a natureza opressiva do capitalismo. Nesse sentido Marx e Engels avaliam que

[...] o mero dirigente que não possui capital a título algum, nem por empréstimo, nem de qualquer outra maneira, exerce todas as funções

reais que cabem ao capitalista funcionante como tal, fica apenas o funcionário e desaparece o capitalista como figura supérflua do processo de produção. (MARX e ENGELS, 1983, p. 288)

Construindo sua classificação a partir do critério de controle do processo de produção, o marxista heterodoxo João Bernardo compreende que gestores/as, burgueses/as e proletários/as constituem três classes diferentes na sociedade, contudo, a classe gestora e a classe burguesa integram o campo das classes capitalistas, sendo a primeira incumbida da gerência e a segunda, detentora dos meios de produção. Nas palavras do autor, “Os gestores são [...] os elementos de continuidade social entre os capitalistas que se reforça com o desenvolvimento do modo de produção.” (BERNARDO, 1987, p. 69).¹⁸ Bernardo identifica enquanto classe gestora o que na literatura em geral se atribui o nome de burocracia, tecnoburocracia, tecnocracia, capitalista de Estado e outras definições similares; reconhecendo-a principalmente nos regimes de capitalismo de Estado e nas corporações multinacionais e grandes empresas.

A classe gestora se mobiliza para integrar o âmbito político e o econômico em um plano único, e dessa forma estreitar suas relações com os escalões de poder, realizando a mediação e adquirindo estrategicamente influência sobre o aparelho de Estado, as grandes

¹⁸ A classe gestora é encarada enquanto continuidade por apresentar características mais modernas que sustentam com mais destreza o modelo de capitalismo mundializado em crescimento. Diferentemente do burguês tradicional que tem sua propriedade individualizada, a grande corporação, enquanto modelo mais avançado de organização capitalista, é propriedade coletiva de um pequeno grupo de capitalistas e opera a partir da ação dos gestores. Neste formato inovador de organização, a propriedade deixa de ser personalizada na figura de um burguês e toma a forma de uma pessoa jurídica ou uma sociedade anônima. Ideologicamente, esta entidade aparenta atuar independentemente das pessoas que a comandam, a partir de uma dinâmica particular e autônoma, ocultando, portanto, a composição e os interesses de classe que sustentam esta instituição. Enquanto os burgueses são tradicionalmente vinculados a um projeto de Estado-nação, os gestores trazem uma essência internacionalista, que ignora as fronteiras políticas e assume o planeta enquanto um único território econômico. Em outras palavras, “[...] a classe dos gestores é no seu próprio fundamento uma classe supranacional. Os gestores são os agentes da superação do particularismo econômico tanto no interior de cada país, como à escala internacional.” (BERNARDO, 1987, p. 117).

corporações e/ou os blocos econômicos. Nesse sentido, Dreifuss (1986) se refere a esses grupos que operam especificamente relações políticas em favor da propagação do poder dominante, e que constroem blocos de poder para liderar, conceitualmente como elites orgânicas.

René Armand Dreifuss (1945-2003) tem base na teoria de Gramsci, articulando em sua obra conceitos gramscianos como transformismo, crise orgânica, bloco de poder, grande política e córtex político.¹⁹ A sua elaboração em torno do conceito de elite orgânica tem como referência os intelectuais orgânicos de Gramsci: grupo de pensadores vinculados a um projeto de classe. Nesse sentido, a elite orgânica compreende o conjunto de tecnoempresários ou gestores comprometidos com um projeto político claro de manutenção do poder, e que trabalhando por meio de uma dinâmica própria desempenham sua atuação de forma coesa e planejada. Nas palavras de Dreifuss, a elite orgânica é a consciência de classe devidamente organizada, articulada em torno de seus objetivos particulares:

[...] produz estudos, análises e pesquisas sobre os princípios da vida pública e da política empresarial, formulando diretrizes que deverão nortear o funcionamento da “sociedade” e do “Estado”, dois termos que funcionam, nesse caso, como um eufemismo para a economia e os valores dos próprios interesses dominantes. (DREIFUSS, 1986, p. 27)

Por meio da produção formal de conhecimento, membros da classe capitalista associados em torno de um ideal, sob a forma de elite orgânica como conceitua Dreifuss, se utilizam da ciência e de sua aparência de legitimidade perante a sociedade para a perpetuação ideológica de seus pressupostos e verdades, engendrando interpretações que amalgamam as elites e se espalham no senso comum. Desse modo, é esclarecedor entender que

A ideologia tecnocrática diz respeito a todo o conjunto de ideias, argumentos e símbolos que nos induz a aceitar acriticamente o monopólio do poder exercido pelo tecnocrata, procurando apresentar como natural, inevitável e legítima a

¹⁹ Apesar de adotar como referencial teórico duas obras de Dreifuss, este trabalho não tem como objetivo o aprofundamento da teoria gramsciana. No entanto, na medida da necessidade, alguns conceitos serão brevemente apresentados para melhor compreensão do texto.

estrutura de dominação em que impera tal poder.
(SILVA, 2004, p. 246)

Vale relembrar aqui que a ideologia é concebida como uma operação de falseamento da percepção sobre as relações sociais reais, e também um instrumento de dominação de classe na medida em que ideias particulares de uma classe social são apresentadas como “universais” e aos poucos são interiorizadas em larga escala na sociedade. Na perspectiva marxista clássica,

[...] a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado. (CHAUÍ, 1986, p. 113-114)

Com o intuito de combater as reformas sociais que aconteciam desde o início dos anos 1960 e possibilitar o desenvolvimento de um modelo de capitalismo associado e subordinado no Brasil, os gestores tecnocratas, articulados enquanto elite orgânica, desempenharam papel fundamental para a desestabilização e derrubada do governo João Goulart e encaminharam como inevitável a necessidade de uma ruptura institucional, materializada no golpe civil-militar de 1964. Nesse sentido, é necessário esclarecer a formação da burguesia interna brasileira, sua relação com o capital multinacional associado e o contexto socioeconômico e político da década de 1960 no Brasil, identificando os grupos sociais atuantes no período para o alinhamento ideológico de uma parcela civil e militar, resultando na legitimação do golpe de 1964 e do governo subsequente.

3. CONTEXTO DA DÉCADA DE 1960 NO BRASIL

3.1. O PROCESSO DE ENTRADA DO CAPITAL TRANSNACIONAL

Com o fim da I Guerra Mundial e após dez anos de livre mercado e *american way of life*²⁰, a ingente especulação econômica causou a crise internacional do capitalismo de 1929, cujo epicentro estava nos Estados Unidos. Diante de uma situação de estagnação econômica, desemprego generalizado, crescimento da violência urbana e de atividades ilegais mafiosas do crime organizado, a solução apontada pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) para o país era a intervenção estatal na economia, colocada em prática a partir de 1933 por meio do *New Deal* do governo Franklin Delano Roosevelt. Dentre outras medidas para a recuperação da economia, o Estado emprestou dinheiro público para bancos e empresas, cobrindo também os rombos na bolsa de valores de Nova York, e para reestruturar o mercado consumidor e fomentar a criação de empregos, realizou grandes obras públicas e investiu na previdência social. Contudo, os EUA superaram completamente a crise apenas em 1939, com o ingresso na II Guerra Mundial. Exitoso ou não, o *New Deal* inaugurou uma era de corporativismo tecnocrático e que “estreitou a aliança entre os gestores estaduais [estatais] e os sindicais” (BERNARDO, 1987, p. 80), provocando uma aparente atenuação dos conflitos da luta de classes.

A crise de 1929 também atingiu o Brasil, rompendo as bases da economia cafeeira cujo principal importador era os Estados Unidos, e por consequência, ocasionando o declínio da oligarquia agrária comercial e a ascensão dos capitalistas urbanos que realizavam atividades industriais. Essa substituição do grupo de poder econômico dominante na década de 30 não se dá por ruptura, pelo contrário, acontece em uma relação umbilical entre a “nova” burguesia industrial e a “velha” burguesia agrária.²¹ Nesse contexto, a história do desenvolvimento capitalista brasileiro e sua modernização é marcada em

²⁰ O “estilo de vida americano” se trata de uma propaganda institucional estadunidense que anunciava uma situação de prosperidade econômica, desenvolvimento técnico, científico e da indústria cultural, acesso maciço a bens de consumo e fontes de diversão; construindo uma atmosfera de liberdade e interesse generalizado pelas vivências no subcontinente norte-americano.

²¹ Fricções como a Revolução de 1930 ou a Revolução Constitucionalista de 1932 são elementos determinados, que não negam a determinação do afirmado no corpo do texto.

primeiro lugar pela tutela do Estado, e em segundo lugar pela estrita relação de interdependência entre a burguesia agrária e a burguesia industrial interna, dita “nacional”, que oriundas de uma cultura de não-confronto direto, apesar das divergências entre si, coexistiram em simbiose, tanto pelos históricos laços familiares entre si quanto pelas relações comerciais e burocráticas que foram acordadas.

Entre o fim dos anos 1920 e início dos anos 30, o Brasil foi cenário de uma intensa agitação política em virtude do movimento tenentista e dos impactos da crise no Brasil. Com o início da Era Vargas, e de maneira análoga ao *New Deal* estadunidense, o Estado toma a centralidade da vida econômica do país sob a liderança de um chefe de Estado populista²², cujo projeto de governo é elaborado com o apoio de intelectuais e dados científicos.

Enquanto Roosevelt com o seu grupo de confiança²³ tentava solucionar a depressão econômica, Getúlio Vargas criava medidas para contenção dos efeitos da crise, por meio de substituição de importações e modernização da gestão econômica. A reestruturação do Estado

²² Gomes e D’Araújo (1989, p. 78-79) defendem que o populismo é um termo impreciso, porém, apresentam as linhas gerais do que se trata: “[...] No Brasil assim como e outros países em desenvolvimento, o termo tem sido usado para definir um tipo especial de arranjo político no qual os partidos não são devidamente institucionalizados, e a própria sociedade não amadureceu formas organizadas e estáveis de participação. Estas características, associadas ao fato de que o Estado brasileiro tem tipo um amplo papel de intervenção e direção, possibilitaram mecanismos diferenciados de participação em relação aos modelos clássicos da Europa. O país viveu, em períodos muito curtos, intensos processos de transformação econômica e técnica que não se fizeram acompanhar na mesma velocidade por transformações sociais e políticas. Estes fatores, para enumerar apenas alguns, contribuíram sobremodo para que se estabelecesse uma íntima relação entre o líder pessoal e a massa desorganizada e carente, que via no líder de Estado um meio eficaz de fazer chegar mais rápido suas demandas aos centros de decisão. Por seu lado, o Estado construiu um discurso enfatizando seu papel de organizador de uma ampla aliança de interesses sociais, econômicos e políticos, voltada para o bem-estar nacional.”

²³ O chamado *brain trust* (confiança no cérebro) consistia em uma equipe de professores universitários, jornalistas, economistas, juristas e trabalhadores da área social que auxiliaram a campanha presidencial de 1932 que elegeu Roosevelt, sendo a primeira vez na história estadunidense que se recorria a um grupo de especialistas para aconselhamento político e de governo. (KASPI, s.d.)

brasileiro durante o governo Vargas teve apoio nas teorias de cunho nacionalista de sociólogos ideólogos do Estado autoritário²⁴.

Para além das políticas de regulamentação trabalhistas²⁵ e acordos com os sindicatos, tratou de acelerar a industrialização nacional iniciando uma série de grandes obras públicas que mais tarde foram fundamentais para a chegada de corporações multinacionais no Brasil e consequente ingresso no mercado capitalista mundializado.

Na visão de João Bernardo (2004), mais do que instituições econômicas, as grandes empresas são verdadeiros instrumentos de poder. A configuração clássica do Estado é restrita às suas funções de governo e regulamentação jurídica em relação ao território nacional, podendo no limite alcançar blocos econômicos e/ou realizar políticas imperialistas sobre outras nações. Com o desenvolvimento capitalista, as empresas transnacionais deram um novo sentido para as relações internacionais, desenhando uma geopolítica própria para além das fronteiras territoriais e transformando o ritmo das relações de produção em nível mundial.

Esta nova modalidade de empresa concentra maior capacidade tecnológica, e firma a sua produção em países subdesenvolvidos como o Brasil onde a produção se torna mais lucrativa em função dos menores custos de produção e força de trabalho mais barata²⁶. Ao trazer padrão

²⁴ Como Silva (2004) apresenta, sociólogos como Oliveira Vianna e Alberto Torres se debruçaram nas pesquisas em torno das questões nacionais nos anos 1920 e 30. Procurando um rigor científico por meio do método positivista, chegam à conclusão de que a superação da crise demandaria uma “organização necessária” para o progresso da nação, sob a liderança racional de uma elite técnica preparada. Dessa maneira, a pesquisa científica forneceu as bases de legitimidade para a implementação de um modelo de Estado autoritário durante a era Vargas.

²⁵ Cabe aqui assinalar as relações entre o governo Getúlio Vargas e a Alemanha nazista. Em primeiro lugar, além da difusão de uma ideologia nacionalista, as políticas trabalhistas implementadas pelo presidente Vargas são simétricas aos regimes fascistas, caracterizadas pelo controle do operariado por meio de associações recreativas e sindicais (CRUZ, 2013). Em segundo lugar, ao fim dos anos 30, o principal parceiro comercial brasileiro era a Alemanha. A diplomacia varguista por anos barganhou recursos entre Washington e Berlim até que em 1941, quando em decorrência da II Guerra Mundial, o Brasil toma posição e oficializa seu alinhamento com os EUA (VIZENTINI, 1995).

²⁶ Mais barata no sentido de que a exploração do trabalho se dá principalmente pela extração da mais-valia absoluta, com jornadas de trabalho mais longas e remuneração reduzida, por exemplo. Contudo, alguns autores contestam tal

produtivo mais avançado, as multinacionais passam a ditar os novos ritmos da economia local sob o espectro da livre concorrência, ocasionando de imediato a estagnação da produção e do escoamento das indústrias nacionais, uma vez que estas ainda não detêm um patamar tecnológico capaz de sustentar a competitividade no mercado. Nesse sentido, a economia interna do Brasil sofre transformações em sua composição que seguem as tendências do capitalismo mundial de modo que, por exemplo, a partir dos anos 1930 o setor do capital financeiro ganha proeminência e passa a ocupar uma posição política estratégica no mercado internacional.

De acordo com Pedrosa (1965), o governo estadunidense se preocupava em absorver as exportações dos países latino-americanos com o intuito de diminuir o contato da Alemanha nazista com estes mercados, pois representava uma ameaça política e militar para a hegemonia dos EUA sobre o continente. Como será apresentado adiante, esse tipo de política tutelar dos EUA para com a América Latina foi crucial para a alimentação de um imaginário anticomunista e para a solidificação do desenvolvimento econômico subordinado á associação com os investimentos estrangeiros, providos principalmente pelos Estados Unidos.

Em tempos de desenvolvimento urbano e industrial no Brasil, em 1941 é firmada aliança do governo Vargas com os Estados Unidos trazendo investimentos que viabilizaram por exemplo, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. “[...] É o primeiro financiamento que o Governo americano faz para fundar uma indústria de aço em país estrangeiro e não para os americanos privados, mas para um empregado público, o Governo brasileiro. É sensacional.” (PEDROSA, 1965, p. 131).

Em 1943 foi acordada entre os dois países a criação da Força Aérea Brasileira e da Força Expedicionária Brasileira. Observa-se aqui um salto de qualidade, intensificando a relação político-militar entre Brasil e Estados Unidos, decisiva para os acontecimentos da década de 1960. “[...] Como aliado combatente, o Brasil constituía exceção na América Latina, sendo a única nação do continente a receber equipamento ofensivo, além de ganhar 71% do auxílio militar para a região.” (VIZENTINI, 1995, p. 38).

percepção por analisar que a extração de mais-valia relativa se torna é mais lucrativa por elevar exponencialmente a produtividade do proletariado por meio da incorporação de tecnologias avançadas de produção e gestão.

Em 1945 as relações Brasil-Estados Unidos são alteradas em virtude da eleição do presidente Truman, que manteve uma política de maior enfrentamento aos movimentos nacionalistas latino-americanos do que seu antecessor Roosevelt. Em tempos de Guerra Fria, a lei antitruste de Vargas não souo bem para Washington, e com o apoio dos EUA e de parte da burguesia interna brasileira, os militares derrubaram Getúlio Vargas. Ao fim do nacional populismo estado-novista da Era Vargas, o presidente Marechal Eurico Dutra a partir de 1946 ampliou a abertura da economia ao capital estrangeiro em condições extremamente favoráveis, e a contento dos EUA, rompe relações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Àquela época, os Estados Unidos já era o principal investidor de capital privado no Brasil, gozando de vantagens tributárias da política econômica do país. Concomitantemente, os acordos bilaterais entre os dois países renderam em 1949 a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), o centro de estudos políticos e estratégicos para a formação de quadros civis e militares inspirado no *National War College* (Escola Nacional de Guerra) estadunidense, e o estabelecimento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que objetivava a construção de um programa de desenvolvimento econômico para o Brasil. Dentre outros órgãos públicos e agências, esta comissão foi responsável, por exemplo, pela criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) para dar apoio financeiro a investidores privados, especialmente a companhias multinacionais. Além disso, os estudos elaborados pela Comissão serviram de subsídio para o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (JK). A nível nacional, a burguesia interna brasileira articulava medidas estratégicas de controle do proletariado em expansão. Como descreve Dreifuss (1981, p. 29):

[...] em junho de 1946 o Marechal Eurico Dutra, em respostas a pressões pessoais de Roberto Simonsen e Morvan Dias de Figueiredo, líderes da FIESP e da Confederação Nacional das Indústrias – CNI, assinou um decreto criando o Serviço Social da Indústria – SESI, com o objetivo, a longo prazo, de combater o reaparecimento de organizações autônomas entre as classes trabalhadoras e de construir no seio do operariado urbano uma base ideológica e de comportamento político em consonância com uma sociedade industrial capitalista.

De volta a presidência em 1951, o novo projeto de desenvolvimento capitalista de Vargas, voltado principalmente para o setor agrário da “velha” burguesia interna, estabelece uma política econômica que permitiu abertura aos investimentos estrangeiros, de modo a possibilitar combinações entre os capitais internacional, privado nacional e de Estado.

A nova etapa da industrialização demandava a abertura de novos ramos de produção, os quais exigiam uma tecnologia mais avançada, um volume maior de capital e uma infraestrutura bem mais complexa. Concretamente, tratava-se de ampliar o setor de bens de capital, o que exigiria esforços e recursos ainda maiores que na primeira fase de industrialização. (VIZENTINI, 1995, p. 58)

Essa relação de clientelismo e paternalismo entre o Estado e a burguesia interna brasileira, característica do desenvolvimento capitalista nacional, é em grande medida quebrada no período seguinte, com a maciça entrada das corporações multinacionais, que ao final da década de 1950 tinham um peso político central, com força suficiente para influenciar as diretrizes políticas nacionais. Oriundas dos países de capitalismo avançado, a partir dos anos 50 as corporações multinacionais trazem consigo um novo modelo gestorial de produção, muito avançado em relação aos padrões industriais brasileiros. Substituindo os modos de produção taylorista e fordista, o toyotismo centraliza o controle administrativo ao mesmo tempo em que dispersa territorialmente a concentração dos seus empregados (portanto, prevenindo a possibilidade de mobilização coletiva dos trabalhadores). Como reflexos desta nova forma de produção estão a sofisticação dos métodos de vigilância e dos cargos gerenciais, e a demanda pela melhoria da qualidade de ensino dos trabalhadores. (BERNARDO, 2004)

Embora o presidente Vargas se utilizasse de um discurso ideológico nacionalista e populista, seu projeto de governo correspondia ao desenvolvimento de capitalismo associado internacionalmente: Para Vizontini (1995, p. 112-116), o “nacionalismo” do segundo governo varguista tinha uma dupla função de manter uma coesão política interna para angariar apoio ao seu projeto de industrialização e também como elemento de barganha com os Estados Unidos – o apoio estratégico brasileiro em troca dos recursos econômicos estadunidenses.

Entre o final da segunda gestão de Vargas, seu suicídio, e o subsequente governo de Café Filho, os debates em torno da questão do nacionalismo seguiam em aberto na sociedade brasileira. Entre 1954 e 1955, durante os anos da presidência de Café Filho, contudo, desmantelou-se o discurso governamental nacionalista e a estrutura econômica brasileira continuou ampliando as condições de entrada dos capitais estrangeiros. No mais, foram estabelecidos acordos bilaterais de cooperação militar entre os Estados Unidos e países aliados latino-americanos. Em outras palavras, tratou-se da expansão da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento estadunidense para “combate à ameaça comunista” em nome da “segurança hemisférica”, que se enraizava no Brasil por meio da Escola Superior de Guerra.

Nesse novo modelo de configuração do trabalho trazido pelas corporações multinacionais, Dreifuss (1981) detecta uma concentração do poder político corporativo que ocasiona a formação de uma *intelligentsia* empresarial, composta por membros do alto escalão das corporações multinacionais e seus associados; dos gestores das grandes empresas privadas; técnicos executivos estatais e oficiais militares. Nessa segunda metade do século XX, não apenas no Brasil, mas outros países da América Latina²⁷ passaram por processos de transformação no cenário econômico e produtivo com a chegada de corporações multinacionais e transnacionalização de mercados.

Estas elites orgânicas latino-americanas foram de capital importância na luta política e ideológica que os novos setores empresariais, militares, burocráticos e técnicos travaram no continente. Controlavam vastos recursos e representavam poderosos interesses, apoiando a modernização-conservadora da América Latina, a internacionalização das economias de seus respectivos países e a contenção dos movimentos populares. (DREIFUSS, 1981, p. 114)²⁸

²⁷ São eles: México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Panamá, Cuba, República Dominicana, Venezuela, Colômbia, Trinidad & Tobago, Equador, Peru, Bolívia, Paraguai, Chile, Argentina, Uruguai. (DREIFUSS, 1981)

²⁸ O conceito de modernização-conservadora se refere à interpretação de que apesar das medidas de modernização, transformação e/ou atualização das estruturas produtiva, econômica, social, política e cultural que faz parte do decorrer dos processos históricos, não se altera a essência dessas estruturas. No caso do sistema capitalista, trata-se da relação de exploração de pessoas sobre

No contexto brasileiro, destacam-se como polos de concentração dessa classe gestorial as associações comerciais e industriais (como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a Associação Comercial do Rio de Janeiro), instituições prestigiadas de informação e perpetuação de influência (como a Sociedade de Estudos Interamericanos e a Fundação Aliança para o Progresso), e os restritos seminários da Escola Superior de Guerra. Dentre os nomes de destaque dos colarinhos-brancos estão os economistas Eugênio Gudin, Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos (que fez parte da CMBEU), Mário Henrique Simonsen (também banqueiro) e Antônio Delfim Netto²⁹.

Os tecno-empresários formaram, com outros diretores e proprietários de interesses multinacionais e associados, um bloco econômico burguês modernizante-conservador, o qual se opôs à estrutura econômica oligárquico-industrial e ao regime político populista. Esses tecno-empresários tornar-se-iam figuras centrais da reação burguesa contra o renascimento das forças populares do início da década de sessenta, assim como articuladores-chave de sua classe na luta pelo poder do Estado. (DREIFUSS, 1981, p. 72-73)

Esse grupo de gestores partilhava dos mesmos valores de racionalidade empresarial, constituindo uma elite orgânica que opera articuladamente em torno de determinados interesses. Aqui a questão do planejamento ganha destaque por se tratar de um recurso institucional moldável em favor de interesses de classe. Nesse momento, empenhavam-se na elaboração de planejamentos com diretrizes macroeconômicas para o desenvolvimento brasileiro, com base em estudos técnicos economicistas³⁰. Em nível ideológico, a existência desse tipo de planejamento permite determinar graus de acesso às esferas burocráticas de tomada de decisão, mantendo o núcleo duro do poder restrito a uma pequena parcela de gestores capitalistas, sejam eles da esfera estatal e/ou privada.

A partir de 1956, o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek também proporcionou uma estrutura econômica favorável

peessoas.

²⁹ Em diferentes momentos entre os anos de 1954 e 1979, ocorreu que todos estes estiveram a frente do Ministério da Fazenda.

³⁰ No sentido de redução da realidade social aos fatores econômicos.

aos interesses multinacionais e associados, a economia cresceu principalmente em detrimento do setor industrial e o país se manteve politicamente estável por um breve período. De um lado o progresso, do outro o abismo da dívida externa que se refletiu em uma crise econômica e social a partir de 1958, com a redução das trocas de mercado, queda dos investimentos estrangeiros, desemprego em massa e agitação social. Como observa Vizentini (1995, p. 169),

[...] Na luta pelo desenvolvimento econômico, havia terríveis estrangulamentos em algumas áreas de serviços, como energia, comunicação e transportes, geralmente em mãos de subsidiários de empresas estrangeiras. O problema é que estas remetiam seus lucros pro exterior sem se preocupar em investir na ampliação e melhoria dos serviços. A polêmica, iniciada no final do governo JK, atingirá níveis de grave tensão na fase seguinte.

Enquanto tradicionalmente a burguesia interna brasileira, agrária e industrial, era constituída pelos oligopólios de grupos familiares que mantinham relações clientelistas entre si e que cresceram à sombra do Estado, como Almeida Prado, Ermínio de Moraes e Bueno Vidigal, as corporações multinacionais que vinham se inserindo no mercado brasileiro operavam sob um formato distinto de divisão do trabalho e gestão para objetivos produtivistas, munidos de grande capacidade tecnológica. Dentre as corporações que se instalaram no país entre os anos de 1950 e 60, estão a General Motors, Ford, Volkswagen, Willys, Ericsson e Johnson & Johnson. Essa disparidade fez com que as empresas estrangeiras dominassem o mercado e, por fim, fossem capazes de estipular a direção de expansão do capital nacional de forma muito mais abrupta de que nos anos 1930, ao passo que no final da década de 60 os interesses multinacionais de fato controlavam a economia brasileira, redefinindo a estrutura da divisão do trabalho e reorganizando a estrutura econômica e administrativa. Como apresenta Dreifuss, as corporações multinacionais atuavam de modo a influenciar decisões em diferentes níveis da sociedade:

[...] Para evitar os controles do Congresso e a pressão popular, os interesses multinacionais e associados estimularam a criação de uma administração paralela, a qual provia a representação exclusiva de tais interesses. Além disso, esses interesses foram endossados pelos

ideais antipopulistas e antipopulares da Escola Superior de Guerra, cujos valores modernizantes eram, em linhas gerais, congruentes com os interesses multinacionais e associados [...]. (DREIFUSS, 1981, p. 37)

Alguns destes grupos executivos que funcionavam enquanto um organismo de administração paralela, unindo membros do alto escalão de empresas brasileiras e estrangeiras, consolidaram-se em associações de fachada civil e conquistaram proeminência na cena política nacional. A atuação ideológica no contexto do golpe de 1964 do bloco composto por civis e militares que se organizaram enquanto elite orgânica será aprofundada ao longo dos próximos capítulos.

3.2. A CRISE INSTITUCIONAL BRASILEIRA E O GOLPE DE 64

O cenário mundial dos anos 1960 é de acirramento do antagonismo da Guerra Fria entre os polos URSS e EUA. Somam-se a esse contexto os movimentos de descolonização e independência de países africanos, que resultaram na criação de dezenas de novos Estados, alterando em alguma medida as relações internacionais em nível global, e principalmente o perfil da Organização das Nações Unidas. Ademais, no mesmo período, soavam na América Latina movimentos nacionalistas e populistas em meio a uma crise econômica generalizada.

A revolução Cubana de 1959 agravou o cenário político acirrando os conflitos na região, ao passo que em 1961 o governo Kennedy dos Estados Unidos propõe a Aliança Para o Progresso (ALPRO), um programa de “cooperação mútua” que estabeleceu acordos bilaterais entre EUA e países latino-americanos, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico na América Latina (e garantia de alinhamento com o capitalismo liberal estadunidense).

No Brasil, como parte do Plano de Metas de “cinquenta anos em cinco” de Kubitschek – uma expressão do crescente enfoque técnico-científico – a sede do governo federal foi transferida para a recém-construída Brasília. Com o fim do mandato de JK, o país passa por três transições presidenciais no mesmo ano de 1961. O contexto nacional era de crescimento da população urbana e êxodo rural, uma mudança acelerada que acontecia de forma similar nos países vizinhos, e que aflorava as contradições e os conflitos políticos nas regiões menos favorecidas. Com a inflação crescente, alta do custo de vida, baixa dos

salários e elevadas taxas de desemprego, o Brasil passava por uma intensa crise socioeconômica.

Jânio Quadros é eleito com a maior votação registrada até então, ainda no ano de 1960, após uma intensa campanha política de apelo popular. “[...] Aos humildes prometia reforma, à classe média, moralidade administrativa e austeridade, à burguesia, saneamento financeiro. Sua Política Externa Independente empolgava os segmentos da esquerda e do nacionalismo.” (VIZENTINI, 1995, p. 179-180). Tomando posse em 1961, Jânio faz um governo marcado por medidas políticas ineficazes para o controle da crise e que ampliavam o descontentamento com o governo. Ao fim de sete meses de uma tumultuada gestão se vê pressionado por diversos grupos e renuncia ao cargo de presidente da república.

Em meio a crise econômica e política, o vice-presidente João Goulart, eleito com Jânio Quadros³¹, estava impossibilitado de assumir a presidência, porque se encontrava em visita oficial à República Popular da China.

[...] A renúncia do presidente Jânio Quadros, sucintamente, representou uma tentativa sua de golpe para governar com poderes excepcionais. [...] Estava consciente de que a direita, os militares em particular, não aceitariam a posse de um vice-presidente representante do sindicalismo e da ala radical do trabalhismo, o qual, para completar o estigma, encontrava-se em viagem a um país comunista. (VIZENTINI, 1995, p. 232)

No Brasil, forças militares realizaram uma incisiva intervenção que, após um impasse entre aqueles que queriam o *impeachment* de Goulart e os que defendiam a manutenção da constituição, resultou na adoção de um regime parlamentarista para a gestão federal. Desse modo, a segunda transição tem caráter parlamentarista e diminui os poderes de mando do vice-presidente. Até a volta de João Goulart, o cargo da presidência é atribuído de forma temporária ao então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

³¹ É importante ressaltar que a legislação eleitoral da época permitia a candidatura em separado de presidente e vice presidente. João Goulart e Jânio Quadros pertenciam a campos políticos opostos, contudo, ambos foram empossados nas eleições por obterem a maior quantidade de votos nos cargos que concorreram.

A terceira e última transição antes do golpe é marcada pelo retorno do vice eleito e natural sucessor do Quadros. João Goulart toma posse em 1961 e assume o governo com poderes limitados em virtude do parlamentarismo em voga, e somente em 1963 um plebiscito restaura os poderes de Goulart, quando a população escolhe o presidencialismo em detrimento do parlamentarismo com larga vantagem de votos. Temerosos por qualquer possibilidade de insurreição popular, os Estados Unidos passaram apoiar sistematicamente organizações e órgãos brasileiros que faziam oposição às frentes sindicais, de esquerda ou nacionalistas.

Além do apoio a políticos, militares e empresários, os EUA financiaram entidades reacionárias como a UDN (União Democrática Nacional), a Igreja, além de entidades do âmbito da sociedade civil como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), utilizando-se também de informações recolhidas por estes grupos (ou Aparelhos Ideológicos de Estado, na concepção althusseriana) para o planejamento estratégico de suas ações. Considera-se que o estreito relacionamento entre grupos de poder brasileiros e estadunidenses foi de fundamental importância para a disseminação de ideologias que fundamentaram a legitimação do golpe civil-militar de 1964. A profundidade e a complexidade de tais relações serão exploradas adiante.

O governo João Goulart aconteceu em um momento histórico crítico em que o Brasil se encontrava estruturalmente vulnerável entre a construção de estruturas para produção de bens de consumo como parte da política de substituição de importações; e a finalização do processo de industrialização nacional, que fazia crescer a subordinação externa.

Para tentar estabilizar a economia, Goulart instaurou políticas econômicas que controlavam rigidamente os investimentos estrangeiros das multinacionais e subsidiavam o capital privado nacional. Pressionado tanto pelo setor trabalhista – que outrora constituiu sua mais importante base política – quanto pela comunidade empresarial, acabou recuando em relação à sua própria política.

[...] O governo, assim, volta a aumentar os gastos públicos, a inflação cresce aceleradamente e os permanentes conflitos sociais contribuem para desorganizar uma economia também sabotada pela oposição conservadora, desejosa de inviabilizar o governo JG. Os investimentos estrangeiros, tanto devido ao confuso contexto

econômico e social, quanto à estratégia desestabilizadora, vão decair continuamente e colocar o governo numa situação insustentável. (VIZENTINI, 1995, p. 242)

Diante de tais condições, a crise geral se agravava. A instabilidade econômica causada pelo fracasso do Plano Trienal para o combate à crise econômica foi intensificada pelo movimento de desestabilização do governo Goulart, viabilizado pela ação política organizada das classes capitalistas, por meio de intensa propaganda comum da grande imprensa, latifundiários, figuras políticas e dos meios militares contra o presidente e o Plano de Reformas de Base. A propaganda para a desestabilização do governo se baseava nas críticas a Goulart e à instabilidade econômica, diariamente publicadas nos veículos de imprensa e na mídia, apoiando-se também no espectro de uma ameaça comunista que ameaçava a segurança da nação e era nociva aos valores morais das “pessoas de bem”. Tal campanha tinha como objetivo sedimentar uma compreensão comum contra o governo Goulart e a favor de uma mudança significativa no país, com a tentativa de alcançar setores da população tradicionalmente conservadores em termos políticos para que assumissem as críticas contra o presidente e se manifestassem nas ruas sucessivas reivindicações a favor da democracia, contra a corrupção e o comunismo.

Evidentemente, estavam em jogo objetivos mais complexos do que a simples deposição de João Goulart: a instabilidade política e econômica causada pela titubeante política do presidente ameaçava os interesses do capital multinacional associado e das classes capitalistas brasileiras. A Doutrina de Segurança Nacional, que forjava a existência de uma ameaça ao bem comum se calcava em uma imagem de nação, tratando-se de mais um recurso ideológico para ampliar a efervescência das manifestações contra o governo. O comunismo não representava uma possibilidade real no Brasil. Nem pelas vias revolucionárias, uma vez que o proletariado não concentrava naquele momento condições objetivas e subjetivas para tal ação, tampouco a via reformista adotada pelo governo João Goulart tinha algo parecido com comunismo, já que o próprio presidente Goulart era um representante dos interesses do capitalismo nacional³².

Os anos anteriores ao golpe civil-militar acumularam, portanto, um grande volume de contradições na esfera institucional, seja pelas

³² Para uma argumentação mais extensa, consultar Pedrosa (1965 e 1966).

sucessivas transições presidenciais, seja pelas medidas políticas que não contentavam os militares, o capital multinacional, o setor trabalhista e a burguesia interna brasileira, isolando politicamente o presidente Goulart pela esquerda (dos interesses das camadas proletárias) e pela direita (dos interesses multinacionais e associados), configurando uma crise institucional que se resolveria com a imposição da ditadura civil-militar. Segundo Alves (2005), é nesse momento que as classes clientelísticas do país puderam desenhar o projeto de capitalismo de Estado autoritário que é colocado em prática a partir de 1964:

[...] E é nesse contexto que podemos compreender a ideologia de segurança nacional: um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente. (ALVES, 2005, p. 27)

Após o golpe civil-militar, Ranieri Mazzilli assume a presidência por breve período e depois é substituído pelo General Humberto de Alencar Castello Branco. A política externa destes primeiros anos de ditadura em grande parte abandonou a linha diplomática da Política Externa Independente e adotou o princípio das “fronteiras ideológicas”, formulado pela ESG, de alinhamento automático aos Estados Unidos e de ruptura com quaisquer empecilhos para o desenvolvimento capitalista mundializado.

No plano da política interna, os setores que se opunham ao regime sofreram repressão. “[...] Não se tratava apenas do “saneamento” e abertura econômicos, mas da “restauração da ordem”. Esta tarefa abarcou especialmente o governo Castelo Branco, mas também Costa e Silva e Médici.” (VIZENTINI, 1995, p. 309).

Apresentado o contexto geral da primeira metade da década de 1960, cabe agora resgatar e analisar com melhor profundidade os papéis dos atores e grupos sociais mais atuantes para as transformações ocorridas na sociedade brasileira neste período, bem como os discursos ideológicos propagados que promoveram a mobilização generalizada da sociedade civil em defesa da derrubada do presidente Goulart e do reestabelecimento da suposta ordem.

4. FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS E SUAS EXPRESSÕES INSTITUCIONAIS

A visão do regime ditatorial brasileiro que controlou o Brasil entre 1964 e 1985 enquanto uma ditadura civil-militar abarca o envolvimento de dois grupos: a sociedade civil, com destaque para a atuação dos setores empresariais, e a categoria militar, embora parte da historiografia sobre o período isente a participação civil. Autores como Dreifuss (1981, 1986) e Pedrosa (1965, 1966) foram capazes de apresentar detalhadamente o emaranhado de articulações de interesses entre grupos de poder que emplacaram a ruptura institucional como um caminho inevitável para a sociedade brasileira.

Este capítulo, portanto, propõe-se a explorar aspectos que foram fundamentais para a construção de um consenso em amplos setores da sociedade capaz de tornar legítima a intervenção militar de 1964. Cabe enfatizar que a cisão que se faz entre esses diferentes componentes ideológicos é puramente metodológica, na medida em que as relações sociais aqui estudadas constituem um único todo articulador de uma estrutura favorável ao desenvolvimento capitalista brasileiro segundo um modelo internacionalizado e aliado aos Estados Unidos.

4.1. IDEOLOGIA ANTICOMUNISTA

No contexto de grande agitação política do início da década de 1960, as experiências de capitalismo de Estado desenvolvidas na URSS e, mais recentemente, em Cuba, tidas como comunistas, assombravam o imaginário de grandes parcelas da população brasileira que se posicionavam cada vez mais enfaticamente contrárias ao que elas consideravam ser os horrores imorais e antidemocráticos propiciados por aquele sistema de governo. Diante da instabilidade em que se encontrava a relidade socio-político-econômica brasileira, ideologicamente insuflou-se a ameaça do “perigo vermelho” e a necessidade de uma solução rápida para este risco. Como explica Motta, [...] o temor ao comunismo foi o “cimento” da mobilização anti Goulart, o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do presidente. O objetivo principal não era dar um golpe, mas combater os comunistas. O recurso à solução autoritária era um meio para eliminar a "ameaça

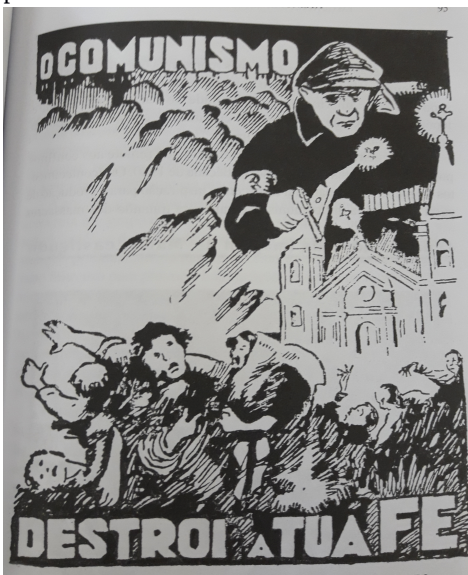
comunista", e não um fim. Parcelas mais conservadoras e radicais da "frente anticomunista", certamente, desejavam o autoritarismo em si, enquanto alguns agentes recusavam qualquer alteração na ordem social e econômica. Outros tinham como principal preocupação colocar fim às políticas nacionalistas e estatistas ensaiadas por Goulart. Porém, suas opiniões não tinham capacidade de obter consenso entre as elites sociais e setores moderados e conservadores. A única posição unânime era a recusa à "comunização". (MOTTA, 2002b, p. 276)

O anticomunismo, entendido enquanto "atitude de recusa militante ao projeto comunista" (MOTTA, 2002b, p. IXXX) e prática de um campo político de composição heterogênea – mas que tende ao conservadorismo, destacando-se correntes como o fascismo, socialismo democrático/ social-democracia, catolicismo e liberalismo – não se tratava de um fenômeno inédito no Brasil. Observa-se desde o início do século XX a existência dessa polarização ideológica reacionária, radicalizada em três momentos históricos: primeiro, entre 1935-37 com o Levante Comunista de 35³³ realizado pelas frentes de esquerda em oposição ao governo Getúlio Vargas; depois, entre 1946-50 com o início da Guerra Fria e perseguição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); e, por último, entre 1961-64 quando a "ameaça comunista" possibilitou o desenvolvimento de um imaginário coletivo anticomunista e legitimou golpes políticos. (MOTTA, 2002b)

A iconografia e representações do comunismo era associada a uma imagem do "mal". Enquanto na primeira grande expressão do anticomunismo no Brasil na década de 1930, a associação era feita com imagens relacionadas a seres demoníacos, violência, doença e inferno, nas manifestações dos anos 1960 essas imagens foram atualizadas para a figura do "inimigo soviético", que se apresentava como imoral, ateu, atroz e infiltrado. (MOTTA, 2002b)

³³ Para um estudo mais aprofundado deste episódio e dos sentidos da memória histórica, consultar Motta (2002a).

Figura 2: Caos mediante a destruição da igreja pelo comunismo



Fonte: Motta (2002b, p. 95)

Este terceiro momento de radicalização do anticomunismo esteve relacionado com o contexto mundial da Guerra Fria, a disputa ideológica, política, econômica e militar de áreas de influência entre Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O avanço daquilo que se chamava de socialismo na URSS desde 1917 mostrou ao mundo a possibilidade e a viabilidade de uma sociedade em moldes diferentes do capitalismo desenvolvido nos países de “primeiro mundo”, do continente europeu e da América anglo-saxônica. A crise do liberalismo econômico no pós-I Guerra e as mudanças que vinham se concretizando na Rússia e leste europeu fizeram com que ideais socializantes radicalizados ganhassem influência e visibilidade em nível global, de modo que as experiências revolucionárias não se limitaram ao território da URSS.

Neste contexto, e com a sua hegemonia ameaçada pelo aumento da zona de influência da URSS, os Estados Unidos reagiram com o aprofundamento de uma ofensiva às práticas e ideias do bloco soviético, rotulando-as como comunistas. Passaram a se dedicar, então, à sustentação e propagação de uma ideologia anticomunista, a ser

reforçada com apoio político e material principalmente nos países latino-americanos, que historicamente estiveram em relação de subordinação aos EUA. Dessa maneira, inventou-se uma situação de guerra total contra a suposta ameaça revolucionária comunista, o “perigo vermelho”, e em defesa de um suposto mundo livre viabilizado pelo capitalismo. Traduzindo, tratou-se de uma medida pragmática para a manutenção do controle e dos interesses econômicos e geoestratégicos estadunidenses no território americano. (MOTTA, 2002b)

A efetivação do processo da revolução cubana em 1959, que vinha acontecendo desde 1953, representou uma ameaça à hegemonia do capitalismo liberal na América, fazendo aumentar o esforço estadunidense para preservar sua soberania no continente americano e conter o risco de expansão da experiência cubana para outros países da sua zona de influência. Dessa maneira, a influência política dos EUA na América latina, entre o fim dos anos 50 e anos 60 se deu pelo tripé repressão, propaganda e ações político-sociais. Combinou-se o uso de mecanismos de vigilância, fortalecimento dos aparatos materiais e ideológicos de segurança de Estado – enfaticamente por meio da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, aspecto que será aprofundado adiante no capítulo 4.2.2. –, intensificação da campanha anticomunista, aumento de ajuda econômica e realização de pactos e acordos bilaterais, como é o caso da citada Comissão Mista Brasil-Estados Unidos criada em 49. Todas essas medidas tentavam endossar a subordinação estrutural dos países subdesenvolvidos em relação aos EUA, fortalecendo a posição de dominância deste último em nível continental.

A Aliança para o Progresso (ALPRPO) criada em 1961 pelo governo Kennedy nos Estados Unidos foi o mais importante programa de combate ao comunismo no continente americano até 1969, quando foi extinta. Pelo mote do anticomunismo, e em consonância com a aplicação da DSN, o programa oferecia maciços financiamentos aos países latino-americanos pedindo como resposta a realização de reformas estruturais sociais, como a reforma agrária, para a prevenção de insurgências populares inspiradas pelo ideário comunista. Em 1962 os Estados Unidos tentam isolar diplomaticamente Cuba em uma série de ofensivas, como a manobra na Organização dos Estados Americanos para a expulsão de Cuba, e por fim o decreto do embargo econômico (que findou no último mês de 2014, embora ainda seja uma relação cercada de incertezas).

Seguindo o fluxo político mundial da Guerra Fria, desde os anos 50 formações militantes de esquerda e de direita vinham se organizando politicamente³⁴, compondo um cenário de radicalização e polarização ideológica que marca os acontecimentos históricos da década de 1960 no Brasil. Somado isso, a linha política titubeante de João Goulart provocava no país reações principalmente entre os grupos civis de direita, que não obtendo respaldo de seus interesses na administração política, e conectados pelo imaginário anticomunista, realizavam críticas e faziam oposição acirrada ao Governo – como será explicitado adiante na seção 4.3.

O anticomunismo difundido no Brasil neste período, como toda ideologia, foi dotado de elasticidade conceitual trabalhada em favor dos interesses dos grupos que o difundiam. Um exemplo didático para elucidar como se dá este movimento é a questão da reforma agrária. A crise econômica instaurada no país entre o final da década de 1960 e início da década de 60 trouxe a tona o debate em torno da questão agrária, ao passo que as Ligas Camponesas estruturadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em favor da reorganização da estrutura fundiária representavam um dos principais movimentos sociais em atuação.

Como já mencionado, a política proposta pela ALPRO continha em seu programa o combate às desigualdades sociais como medida estratégica para a contenção de conflitos que pudessem vir a seguir os caminhos políticos da URSS e de Cuba, pressupondo a reforma agrária como um dos meios para a aquietação da luta de classes. Da mesma maneira pensavam alguns grupos anticomunistas brasileiros que a viam como “uma arma para isolar os comunistas e esvaziar seu discurso revolucionário” (MOTTA, 2002b, p. 274). Todavia, a reforma agrária era também uma das pautas das reformas de base propostas pelo então presidente João Goulart.

Apesar de se tratar de um meio de oxigenação capitalista, na medida em que multiplica o número de proprietários capitalistas e as formas de exploração do trabalho, a burguesia agrária brasileira, tradicionalmente vinculada ao paternalismo estatal, posicionava-se contrária a esta reorganização que acometia diretamente os seus negócios. Nesse sentido, o apoio à reforma agrária anunciado por Jango

³⁴ Para uma análise mais detalhada acerca da composição social e atuação política dos grupos de esquerda e direita brasileiros antes do golpe civil-militar de 1964, verificar Motta (2002b).

em 13 de março de 1964 foi decisivo para a perda de sua (já frágil) base política junto aos partidos conservadores, e também agravou a rejeição do governo por parte da sociedade civil, inebriada pela ideologia anticomunista que apresentava essas reformas como medidas de “comunização” do país, e, portanto, de uma ameaça eminente de infração da “democracia” e da “ordem”³⁵.

Motta (2002b) apresenta argumentos que demonstram que a ideologia anticomunista foi utilizada como manobra para angariar o apoio generalizado da sociedade civil e legitimar a intervenção militar, ao insuflar a posição de força de grupos comunistas e apresentar uma imagem distorcida da conjuntura política nos veículos da grande imprensa. Instituições de fachada civil como o IPES e o IBAD (cuja organização será explorada no capítulo 4.3.2.) propiciaram a formação de inúmeros grupos de propaganda anticomunistas, ou Ligas Anticomunistas, movidos pela agitação efervescente da época e com curta duração de existência.

Acerca dos alcances e desdobramentos da promoção dessa ideologia, três aspectos ainda merecem destaque para a análise. Primeiro, ao longo de toda a história do anticomunismo no Brasil, e principalmente nos episódios em que essa ideologia ganhou maior proeminência (segunda metade da década de 1930, final da década de 40 e anos 60), a “ameaça comunista” foi exagerada nos discursos, dado que as forças comunistas no Brasil nunca apresentaram uma condição organizativa real de derrubada do capitalismo – prova disso foi a fraca resistência ao golpe de 64. Como pondera Motta (2002b, p. 280), apesar de grupos e indivíduos realizarem ações movidos pela sua convicção

³⁵ Este processo ilustra bem a concepção de Meszáros apresentada no capítulo 2.1. de que os representantes da ideologia dominante trabalham, na medida da necessidade, na campanha negativa em relação à ideologias divergentes das suas que afetem sua posição de poder. A reforma agrária era defendida tanto nas reformas de base de João Goulart, quanto pela Aliança para o Progresso, o programa de combate ao “comunismo” e aceleração do desenvolvimento econômico e social para a América Latina e guiado pelos Estados Unidos. Todavia, nesse contexto, enquanto a ALPRO beneficiava os negócios da burguesia interna brasileira, a aderência dos setores populares às propostas populistas de Goulart que cediam alguns benefícios ao proletariado passava a preocupar as camadas dominantes. Apesar de defenderem a idêntica proposta da reforma agrária, optou-se pela campanha difamatória apenas contra as intenções do presidente.

ideológica anticomunista, em diversos momentos se explorou o temor a esta suposta ameaça para fins políticos, eleitorais e financeiros.

Em segundo lugar, o anticomunismo extremista (leia-se fascismo) em geral esteve isolado politicamente da opinião conservadora dos setores com crenças democráticas e legalistas (liberais e sociais-democratas) que outrora apoiaram o governo de Goulart. Foi durante um breve período de tempo, no início de 1964, que se estabeleceu a concordância pela derrubada do governo. Mediante a operação ideológica de oposição entre comunismo e democracia³⁶, possibilitou-se atribuir ao golpe civil-militar a característica de solução “democrática” para a crise política do país.

Por último, após o golpe, amornou-se a fúria anticomunista por parte dos setores civis. Contudo, Motta destaca:

No interior da coalizão governante, especialmente entre os militares, a preocupação com o tema permaneceu significativa. O argumento anticomunista ocupou posição destacada nas disputas de poder travadas no interior do Estado, por diversas vezes conduzindo à ação os setores da extrema-direita. Outrossim, o regime militar manteve constante vigilância sobre os comunistas e a esquerda, fazendo uso do formidável aparelho repressivo construído após 1964 sempre que considerava necessário. Para além do empenho anticomunista do Estado, organizações “privadas” continuaram em ação, imbuídas da convicção de que o inimigo havia perdido uma batalha importante, mas ainda não estava inteiramente derrotado. Neste contexto, foram particularmente atuantes os grupos paramilitares e terroristas. (MOTTA, 2002b, p. 281)

Observa-se, portanto, que apesar de a ideologia anticomunista ter se tornado hegemônica na sociedade brasileira no pré-golpe, funcionando como fator de legitimação para a ruptura institucional, eram diversos e até mesmo antagônicos os interesses de movimentos sociais que estavam em ebulição no período. Uma vez instaurada a ditadura, por exemplo, setores que anteriormente apoiaram a intervenção militar passaram a se declarar contrários ao regime e suas medidas autoritárias. A seguir, apresentaremos de que modo foi possível

³⁶ Em termos conceituais e não ideológicos, de fato se referem a coisas diferentes.

reacender e massificar estrategicamente o pensamento anticomunista na década de 1960, sob uma justificativa de segurança e defesa, porém, em detrimento de um modelo de desenvolvimento capitalista para o Brasil.

4.2. IDEOLOGIAS MILITARISTAS

Conforme apresentado ao longo do capítulo 2, a teoria althusseriana compreende que o exército, a polícia e o conjunto das forças militares compõem o Aparelho Repressivo de Estado, junto aos tribunais e órgãos administrativos do governo. Para Althusser, no âmbito da luta de classes, o Estado é um aparelho de repressão pertencente às classes dominantes, na medida em que a classe dominada não possui participação política, ou, não detém o poder de Estado expresso nos AIE e ARE. Dessa maneira, o serviço militar enquanto braço do Estado é caracterizada pelo seu trabalho destinado à manutenção da estabilidade social de acordo com uma determinada ordem que atende a interesses das classes capitalistas. Todavia, apresenta-se ideologicamente enquanto um serviço em defesa do “bem comum”.

Fernandes (1978) aponta que a concepção da categoria social³⁷ militar deriva de uma oposição ideológica entre civismo e militarismo, que prevê que estas esferas distintas operam por lógicas distintas. Apesar do fato de que as desigualdades sociais de classe são reproduzidas também no interior das instituições militares³⁸, seu funcionamento organizativo apresenta ideologicamente os fracionamentos da categoria não como expressão de contradições sociais, mas como expressão da unicidade da categoria, justificada por

³⁷ Na concepção de Fernandes (1978, p. 131-132) as categorias sociais têm origem na alteridade do Estado em relação à sociedade, sendo grupos sociais organizados e determinados por um lugar/locus/aparelho e função, caracterizando-se pela sua homogeneidade.

³⁸ Historicamente as Forças Armadas brasileiras, como parte do Estado, estiveram em estreita ligação com a burguesia nacional. Antes mesmo da institucionalização do exército, a criação da guarda nacional em 1831 dava aos latifundiários o título de coronel, tendo poder igual aos oficiais do exército e mantendo as milícias nacionais. Nesse contexto, aos contingentes pobres eram destinados aos cargos de mais baixa patente no exército e os proprietários de terra recebiam titulações da guarda nacional; uma relação de desigualdade que se perpetua no interior das Forças Armadas desde o Brasil Império e que contraditoriamente garante a sua coesão pelo exercício da hierarquia e ordem. (SANTOS, 2010)

meio de valores máximos da instituição tais como ordem, obediência, hierarquia, disciplina, meritocracia e moral³⁹. Uma vez encobertos os conflitos de classe, é pelo caminho da coerção é que se dá a coesão militar. Nas palavras de Bernardo (1987, p. 110),

[...] o aparelho militar assenta numa cisão radical de classes, que se exprime na divisão entre os soldados e o corpo de oficiais, e ao mesmo tempo apresenta-se como se integrasse unificadamente todos os seus membros, mediante a aparência demagógica de uma gradação sucessiva de hierarquias, do topo até a base.

O isolamento das Forças Armadas perante a sociedade, dado principalmente pelo regime de internato de oficiais, permite a criação de um ambiente “sem influência” do mundo externo, onde as diretrizes morais e práticas da instituição conseguem ser desenvolvidas com efetividade. Desse modo, em um espaço afastado e alienado da realidade da sociedade, é possível a ampla difusão dos princípios ideológicos que alimentam a categoria, bem com o mergulho total nos rituais da instituição. (PUGLIA, 2004)

De maneira ampla, a ideologia anticomunista tem um forte apelo nos meios militares, constituindo-se como tradição na categoria. Com base na crença na “nação”⁴⁰ – ideologia que amalgama as contradições sociais de um território ao evocar aspectos culturais e simbólicos coesivos, como língua, tradições, bandeira e hino – o pensamento militarista compreende como fundamental para o bom funcionamento da

³⁹ Para uma análise da difusão dos princípios e valores militares na sociedade brasileira após o golpe civil-militar de 1964, sugere-se a leitura de Rezende (2001).

⁴⁰ “[...] O Estado nacional gera o Nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que visa a fusão de Estado e nação, isto é a unificação, em seu território, de língua, cultura e tradições. Desde a Revolução Francesa e principalmente no nosso século [XX], antes na Europa, em seguida no resto do mundo, a ideologia nacional experimentou tão ampla difusão que chegou a se considerar como a única a poder fornecer critérios de legitimidade para a formação de um Estado independente no sentido moderno [...]. Porém, juntamente com esta significação, outra existe, mais restrita, que evidencia uma radicalização das ideias de unidade e independência da nação e é aplicada a um movimento político, o movimento nacionalista, que se julga o único e fiel intérprete do princípio nacional e o defensor exclusivo dos interesses nacionais.” (LEVI, 1998b, p. 799)

sociedade a coesão do “povo” em um todo harmônico (não necessariamente igualitário) e a manutenção de uma “ordem”, determinada por meio de uma organização estrutural planejada. Como explica Teixeira (2014, p. 163), “Na busca desse quadro social “pacífico e ordeiro”, o anticomunismo militar busca uma *visão institucional* que coloque o Estado em posição de garantir que a sociedade se comporte como desejado.”

A lógica dicotomista constitutiva das ideologias se expressa aqui na oposição antagônica entre “ordem X anti-ordem”, e “povo X anti-povo”. Logo, ideologicamente, a “desordem” estaria contrária ao “povo”, portanto a existência de uma “ordem” é favorável ao “povo”. Nesse sentido, o mito do “povo” ou “interesse público” da “nação” legitima e fundamenta a existência de organismos para manutenção da “ordem” – como as leis, as forças armadas e a polícia – que utilizam para tal tarefa mecanismos ideológicos e/ou de repressão. (FERNANDES, 1978, p. 141-142)

Por se tratar de uma estrutura bastante engessada, onde transgressões disciplinares são tratadas como crimes militares passíveis de punição, e o direito à greve é vetado, a autonomia de pensamento e ação dos indivíduos fica inibida, promovendo, pelo contrário, comportamentos padronizados e um certo patamar de consenso de pensamentos.

Apesar da sua tendência homogenizante, reconhece-se existência de diferentes correntes no interior das Forças Armadas. No caso do Brasil, como apresenta Trevisan (2005), a criação da Escola Superior de Guerra (ESG) no final da década de 1940 foi defendida e operacionalizada por um grupo de militares ligados ao movimento tenentista e que admitiam a presença maciça de capitais estrangeiros para investimento e desenvolvimento da economia nacional (os “nacionalistas desenvolvimentistas”, liderados pela figura de Juarez Távora), e criticada por setores militares mais atrelados a uma ideologia de um desenvolvimento econômico nacional e autossustentado (os “nacionalistas autênticos”, que seguiam a liderança de Horta Barbosa). Da mesma maneira, mesmo após o golpe, quando instaurado o governo militar de Castello Branco alinhado à doutrina da ESG, existiam no interior das Forças Armadas grupos que não aprovavam os métodos do governo.

Como será explorado no capítulo 4.3.1., a Escola Superior de Guerra foi um importante meio de difusão de ideologias que favoreceram o golpe civil-militar de 1964. Assim como a ESG em 1949,

outros centros de formação militar foram construídos ao longo do continente americano com base nos modelos do *National War College*⁴¹ (Estados Unidos, 1946), como a Escola das Américas (Panamá, 1946), Centro de Altos Estudos do Exército (Peru, 1948)⁴², Escola de Altos Estudos Militares (Bolívia, 1960)⁴³, e Instituto de Altos Estudos Estratégicos (Paraguay, 1968).

Observa-se como fruto das relações de cooperação econômica e militar entre os EUA e países da América Latina em tempos de Guerra Fria, o processo de “pentagonização” do continente, viabilizado por medidas como a criação de instituições de treinamento e formação de oficiais; expansão de centros de formação militares já existentes (como é o caso da Academia de Guerra do Chile e Escola Superior de Guerra da Colômbia); realização de formação e treinamento militar voltado à segurança interna; e linhas de financiamento específicas (PADRÓS, 2007, p. 14). Além disso,

A “pentagonização” das forças de segurança da América Latina procurou estabelecer: a homogeneização doutrinária, a padronização de treinamento militar, a articulação de esforços civis-militares nacionais e regionais, a implementação de sistema de propaganda, a montagem de sistemas de informação e de intercâmbio, a venda de material bélico, o estabelecimento de vínculos pessoais e o relacionamento político, alinhado e dependente das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e dos interesses dos EUA. (PADRÓS, 2007, p. 16)

O desenvolvimento de ideologias militaristas nos centros de formação e estudos de oficiais, que em geral acolhiam também a membros da elite civil, permitiu a criação cupulista de “soluções” para questões sociais, políticas e econômicas em nome da defesa de um “bem comum” mediante o combate à “ameaça comunista”. Nesse sentido, Dreifuss (1986, p. 27) aponta que “A fusão da ideologia político-econômica e análise político-estratégica permite que todo o seu argumento 'lógico' apareça não como demanda e reflexão sobre sua própria classe, mas como expressão da consciência nacional e exigência societária.”.

⁴¹ Tradução literal: Escola Nacional de Guerra.

⁴² Teve seu nome alterado em 1996 para Centro de Altos Estudos Nacionais.

⁴³ Teve seu nome alterado em 1977 para Escola de Altos Estudos Nacionais.

Não obstante, na segunda metade do século XX, observa-se uma onda de golpes de Estado e regimes totalitários guiados pela Doutrina de Segurança Nacional, com participação de militares e apoio estadunidense, que acometeram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Panamá, Peru e Uruguai. Puglia (2004, p. 3-4) demonstra de que modo o militarismo transcende as instituições castrenses e se estende a uma concepção própria de sociedade, fundamentando ações autoritárias das Forças Armadas em situações em que as vias políticas legítimas se mostram como “insuficientes” ou “incapazes” de controlar a “desordem”:

Um dos pontos de extrema importância para o pensamento militar e que se liga não somente aos aspectos políticos e também aos sociais é com relação à concepção organicista da sociedade, o que implica que ela deve ser ordeira, avessa ao conflito ou a confusão, ou seja, comprometida com a ordem. O sentimento organicista militar passa a atuar em vários campos, não apenas para manter a ordem e organizar os próprios aparatos militares, mas também se expande como forma de análise social. Ao se levar isto para a política é que se nota um primeiro ponto de explicação do intervencionismo militar, pois os militares não compreendem como natural ou justo a disputa de ideias que pode levar a confusão ou a desordem. Sendo assim, a disputa política normal que é parte integrante da democracia pode vir a prejudicar o que é chamado pelos militares de bem comum, ou as aspirações da Nação. Esta visão também se encontra no pensamento da ESG.

Em suma, observa-se a partir do final da primeira metade do século XX de um processo de expansão da política militarista estadunidense para o continente americano, compreendida no sentido de “[...] um vasto conjunto de hábitos, interesses, ações e pensamentos associados com o uso das armas e com a guerra mas que transcende os objetivos puramente militares. [...]” (PASQUINO, 1998, p. 748)

Os investimentos militares estadunidenses na América Latina, para além das ideologias propagandeadas, advinham de uma motivação econômica e mercadológica. Conforme apresentado no capítulo 3.1., a recuperação econômica da crise de 1929 pelos EUA foi superada apenas após o ingresso na II Guerra Mundial em 39. Nesse sentido, Padrós

(2007, p. 15) apresenta o contexto de formação de um mercado da guerra:

[...] O fator militar consolidou-se através do denominado “complexo militar-industrial”, estrutura produtiva resultante do enorme esforço de guerra realizado pelos EUA durante o conflito mundial e que, após o mesmo, não foi reconvertido para tempos de paz, persistindo e se tornando, gradativamente, o principal polo dinâmico do poder econômico estadunidense. A produção bélica adquiriu dinâmica própria e se tornou o centro nevrálgico do capitalismo dos EUA de pós-guerra e, conseqüentemente, um setor fundamental na reestruturação do capitalismo, em escala planetária.

Da perspectiva do capital, os esforços econômicos e militares que os EUA realizavam como forma de ajuda aos vizinhos latino-americanos, contra a ameaça comunista, representavam um caminho para a reprodução ampliada de capital por meio da abertura e expansão de mercados – vinculado principalmente à tecnologia e indústria bélica, incipiente ou inexistente nos países da América Latina. No mais, Padrós aponta que a formação de militares latino-americanos tinha um custo cerca de dez vezes menor do que de militares estadunidenses, e expõe ainda outras vantagens desta política:

[...] a inserção das Forças Armadas da América Latina, visando a contenção anticomunista, diminuiu os gastos que a superpotência dispensava as suas tropas, desobrigando-as de ações diretas questionáveis, diante da opinião pública e do direito internacional, e repassava, aos demais países, o maior desgaste, no combate aos focos “subversivos”. Os EUA, com a sensível diminuição do custo da manutenção da rede de proteção e de segurança dos seus próprios interesses, combinado com as expectativas comerciais da indústria bélica, beneficiaram-se do lucro gerado por essa engenharia político-militar, emoldurada pelo discurso da segurança. (PADRÓS, 2007, p.22)

No caso brasileiro, a geopolítica e a Doutrina de Segurança Nacional foram as duas ideologias de fundamento militarista com maior proeminência para a estruturação, legitimação e sustentação da ruptura

institucional de 1964 e o governo autoritário subsequente. Para se tornarem válidas enquanto teoria social, os estudos que alimentavam essas ideologias se utilizaram de metodologias definidas. Todavia, a pretensão de trazer em si verdades inquestionáveis revela o caráter positivista e autorreferenciado destas teses que não comportam e nem correspondem à complexidade da vida prática. Sendo assim, estes estudos possuem um sistema explicativo que se autoalimenta e tem objetivos específicos de propagação e legitimação ideológica.

4.2.1. Geopolítica

Apesar de o termo geopolítica ser estruturado apenas em 1919 por Rudolf Kjéllen, os estudos relacionados às questões de ocupação e dominação do espaço, como uso e exploração do território, defesa de fronteiras e estratégias de ação do Estado, estão presentes desde o Império Romano de Júlio César. Ao fim do século XIX e início do XX, com as expansões imperialistas, as pesquisas sobre a temática ganharam maior importância e profundidade.

O período das guerras mundiais e principalmente da Guerra Fria marca uma ruptura com as escolas anteriores, em um momento onde a geopolítica se formaliza enquanto campo do saber, e passa a ser estudada também pelo viés da economia. Nesse aspecto, o Instituto de Munique⁴⁴ foi o principal polo dos estudos acadêmicos, onde geopolíticos como o próprio Kjéllen, Mackinder e Haushofer, cunharam concepções de aparência científica sobre a relação entre território e poder, de modo a formular justificativas geopolíticas para o expansionismo e imperialismo da Alemanha nazista, aliados aos objetivos estratégicos de fortalecimento da “terra-mãe”. (CHIAVENATO, 1981)

Os primeiros estudos sobre geopolítica no Brasil datam da década de 1920, influenciados pelo Instituto de Munique. Contudo, foi a partir dos anos 50, e interpenetrada com a Doutrina de Segurança Nacional, que a geopolítica ganha destaque em produções intelectuais: a expansão da ideologia militarista estadunidense na América Latina por meio das

⁴⁴ São encontradas diferentes terminologias ao longo da bibliografia, referindo-se a esta instituição como Instituto de Geografia, Instituto de Geopolítica de Munique, Instituto de Haushofer, ou simplesmente Instituto de Munique. Todavia, não foi possível identificar informações precisas sobre a fundação, funcionamento e localização da instituição.

escolas militares acarretou no aumento de estudos de cunho estrategista, que defendiam por um lado o desenvolvimento nacional expansionista, e por outro a aliança com a potência estadunidense pela “defesa do hemisfério” contra ameaças externas.

Chiavenato define que a geopolítica fornece as bases ideológicas para sistemas expansionistas, operando como arma auxiliar do imperialismo. Sua elasticidade conceitual permite a operacionalização de argumentos no sentido de justificar as necessidades intervencionistas de um Estado capitalista, como o aprimoramento da divisão do trabalho e a exportação de capitais. Como bem apresenta o autor a respeito das lutas de classes, “É evidente que uma ideologia que mitifica o nacionalismo, confundindo-a com a supremacia do Estado sobre a nação, leva a uma prática anticomunista violenta.” (CHIAVENATO, 1981, p. 65).

De acordo com Comblin (1981, p. 11), em sua acepção prática, a geopolítica opera em dois níveis: no plano intranacional enquanto “elemento de dominação interna, equalizando forças militares e políticas”; e no plano internacional ou externamente se apresenta enquanto política de proteção geográfica e econômica de um território nacional. Nesse sentido, Chiavenato (1981) aponta que a geopolítica só é possível enquanto prática mediante a existência de um Estado totalitário militarizado.

Alguns dos principais estudos publicados por oficiais e estrategistas latino-americanos que buscaram dar cientificidade às ideologias militaristas no início da segunda metade do século XX foram “Geopolítica”, do general Augusto Pinochet; “Nossa América: geopolítica comparada” e “Geopolítica: princípios, meios e fins” de Therezinha de Castro; “A Geopolítica e as Projeções do Poder”, do

general Carlos de Meira Mattos; destacando-se as obras de Golbery do Couto e Silva⁴⁵ “Geopolítica do Brasil” e “Pensamento estratégico”.⁴⁶

Para ilustrar o conteúdo destas obras, uma breve análise acerca do pensamento de Golbery demonstra a inconsistência dos argumentos encadeados pelo general na legitimação ideológica de práticas de Estado autoritárias, ao associar a defesa nacional com a defesa dos EUA, anticomunismo e sentimentos cristãos:

Dentro dessa perspectiva catastrófica o general Golbery entende que “o que nos ameaça hoje, como ontem, é algo dirigido não propriamente contra nós, mas indiretamente contra os Estados Unidos da América.” Portanto, devemos “defender” os EUA e o ocidente para evitar que o urso soviético meta suas garras nos nossos “sentimentos cristãos”. Estes sentimentos cristãos nos impelem a apoiar o sistema de “defesa” dos EUA, “já que se comprometeram a fundo na defesa da Europa como plataforma de ataque ou simplesmente de salto sobre o oceano até o

⁴⁵ Magnoli (1991, p. 27-28) apresenta uma sintética bibliografia política deste general que marcou os bastidores da história brasileira: “O general Golbery do Couto e Silva não é nem o pioneiro nem o mais original dos geopolíticos brasileiros. Mas ele singulariza-se pela sua persistente e decisiva influência histórica. Suas ideias moldaram gerações de tecnocratas que constituíram o verdadeiro corpo todo-poderoso do aparato Estatal. “Da pena de Golbery saíram o “Manifesto dos Coronéis” de 1954, que derrubou João Goulart, ministro do Trabalho de Vargas, e a proclamação dos ministros militares contra a posse do mesmo Jango em 1961. Esteve preso por oito dias em virtude de sua destacada participação no grupo que manobrou para impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Nas vésperas de 1964, dirigiu o IPES, nominalmente Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, mas realmente foco da conspiração de políticos, militares e empresários que articularam o golpe de 31 de março. Depois, foi o primeiro chefe do recém-criado Serviço Nacional de Informações no governo Castello Branco, chefe do Gabinete Civil em todo o governo Geisel e nos dois primeiros anos do governo Figueiredo. Confidente dos presidentes Jânio Quadros, Castello Branco e Ernesto Geisel, a ele é atribuída a ascensão presidencial de João Baptista Figueiredo. “Golbery ingressou na Escola Superior de Guerra em março de 1952, como adjunto de seu Departamento de Estudos. Lá, destacou-se como formulador da ideologia de Segurança Nacional, que se tornaria bíblia oficial dos governos militares oriundos de 64.”

⁴⁶ Para um exame específico do pensamento geopolítico brasileiro, consultar Freitas (2004).

continente africano, onde já se situa, ao norte, o cinturão de importantes bases aéreas através das quais se espera deter qualquer avanço comunista até o oeste e martelar o coração imperial da Rússia”. (CHIAVENATO, 1981, p. 66)

4.2.2. Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

O conceito da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN) foi a principal referência para a organização dos regimes militares da América Latina ao longo da segunda metade do século XX, oferecendo alicerces de estruturação e justificação de autoritarismos estatais, com a incumbência de preservação do modelo de desenvolvimento capitalista. Tópico presente nos manuais e cursos de formação militar elaborados pelos Estados Unidos e ministrado nas escolas militares ao longo do continente, a realização da DSN só foi possível diante da existência de governos militares, de modo que nunca foi praticada plenamente pelos EUA.

Respeitando as especificidades de cada país em que se insere, a estruturação da DSN delimita objetivos nacionais que giram em torno da integridade territorial; fortalecimento da nação; ordem ou paz social; soberania da pátria e progresso, construindo uma situação de guerra total em busca da segurança da nação, sob a égide do bem comum versus a ameaça comunista. Na prática, opera enquanto um mecanismo de sustentação do poder de Estado nos moldes do capitalismo estadunidense em tempos de Guerra Fria, cujas ações repressivas e violentas do aparelho de Estado são legitimadas por uma ideologia de defesa do “mundo ocidental e cristão”.

A faceta anticomunista da Doutrina de Segurança Nacional tem como fundamento a ideia de guerra total em que “o inimigo pode estar em qualquer lugar”, coordenada pela ação militar em todas as esferas da sociedade. Isto implica na presença da força do Estado em qualquer espaço que haja a suspeita de ameaça comunista, como uma ação permanente de combate ao “inimigo interno” que se faz necessária e justificada em nome de um bem maior para a nação. Nesse contexto, os valores militares de ordem e disciplina são imputados no comportamento de todas as pessoas, e a subversão a estes ditames é punida com violência.

Vale destacar que as instruções ensinadas nas academias militares para o embate nesta “guerra contrarrevolucionária”, “guerra psicológica

adversa”, “guerra ideológica”, “combate a guerrilha psicológica”, dentre outras nomenclaturas, provém de um aperfeiçoamento das técnicas experimentadas na guerra entre Vietnã e Estados Unidos.

Comblin analisa que esta noção de guerra total, que torna militares todas as instâncias da sociedade, e conseqüentemente, objeto de estratégia, tem impactos contundentes nas relações sociais, ao trazer para o cotidiano das pessoas uma sensação de psicose coletiva⁴⁷ análoga a paranoia⁴⁸ que se apresentava no estado de natureza hobbesiano – em que na inexistência de um contrato social que garanta a organização da sociedade, atribuindo direitos e funções às pessoas, a sociedade viveria em uma guerra generalizada de todos contra todos, sem qualquer garantia de segurança e/ou propriedade individual.

As ideologias da segurança nacional brincam com excessiva imprudência com uma espécie de metafísica da segurança à moda de Hobbes, de quem se conhece hoje em dia a crueldade. O General Rattenbach escreveu: “Tanto o sistema de segurança nacional como os outros tipos de segurança a ele relacionados respondem à profunda necessidade humana de ‘se sentir em segurança’ a qual adquiriu, ultimamente, em certos lugares, um caráter de verdadeira psicose, a tal ponto que alguns sociólogos acreditam que ela tende a se tornar um dos *valores de nossa vida social*, em pé de igualdade com a ‘liberdade’, a ‘igualdade’, a ‘justiça social’ e a ‘democracia’”. Ressaltemos o humorismo dessa “psicose” que está se tornando um “valor” de mesmo nível que a liberdade, a justiça ou a democracia. O problema é justamente que o sistema de segurança nacional faz de uma psicose o valor fundamental da vida social. (COMBLIN, 1978, p. 228)

⁴⁷ A psicose se caracteriza enquanto um distúrbio mental que altera a capacidade de discernimento de indivíduos, comumente ocasionando delírios e alucinações. Situações de psicose coletiva podem existir em casos de grandes conflitos sociais como as guerras e catástrofes naturais, comovendo um grande grupo de pessoas a um estado de espírito comum de agressividade e hostilidade, como, por exemplo, nos casos de saques a mercados na enchente de 2008 na cidade Itajaí (Santa Catarina).

⁴⁸ A paranoia, por sua vez, é um tipo de psicose em que se evidencia sentimentos de grandeza e perseguição a si mesmo, mas que não acarreta em alucinações ou confusão na clareza de pensamentos.

Chiavenato (1981) destaca que geopolítica e DSN são ideologias complementares, em que “a conceituação de uma é a possibilidade de justificativa para a existência prática da outra”. Nesse sentido, embora que mesmo separadamente as duas já componham o Aparelho Repressivo de Estado no sentido apresentado por Althusser (1983), o Estado autoritário militar se torna a instância de fusão e aplicação prática destas duas ideologias militaristas, e dialeticamente a presença militar no poder se sustenta em nome da segurança do território e da nação, dotando-se de aparatos como serviço de inteligência e contrainteligência para sua manutenção no poder.

Em síntese, Comblin (1978) explica que a Doutrina de Segurança Nacional apaga a fronteira entre guerra e diplomacia, trata como oposto de segurança qualquer manifestação que vá de encontro à ordem imposta, e transforma violência repressiva em violência preventiva. A existência e aplicação da DSN se apoia em uma visão tecnocrata e militarista de que as elites e a sociedade não têm capacidade de coordenar o desenvolvimento do país, a partir do entendimento de que esse desenvolvimento só pode ser alcançado em um cenário de “total segurança”, sem a eminência de ameaças insurrecionais.

A respeito especificamente da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, observa-se que a ditadura foi capaz de aplicar e ainda expandir a teoria ensinada nos manuais da ESG. Conforme apresentado brevemente na nota de rodapé nº45, o general Golbery teve um importante papel enquanto ideólogo da segurança nacional, ao traduzir com eficácia as ideologias da qual era partidário em práticas políticas do Estado. Nesse sentido, Chiavenato (1981, p. 82) destaca:

[...] falando a linguagem do poder é general Golbery do Couto e Silva quem pula o emaranhado teórico e parte para a aplicação prática, superando os velhos conceitos. Com ele a geopolítica dá um salto à geoestratégia, e através dela à estratégia em sua superior aplicação, unindo os conceitos de geopolítica aos da Doutrina de Segurança Nacional. (CHIAVENATO, 1981, p. 82)

As teorias da geopolítica associadas com a DSN interpretavam o Brasil enquanto potência geopolítica regional do bloco ocidental na América do Sul, fazendo do país um território estratégico na luta contra o “comunismo”. Nesse sentido, o alinhamento aos Estados Unidos se

traduziu no esforço para consolidação de um modelo de desenvolvimento econômico associado-dependente, mas que apresentava também traços de keynesianismo (ALVES, 2005, p. 31). Nesse sentido, obras importantes do governo ditatorial como a construção de usinas hidrelétricas, incentivo à navegação fluvial e construção de canais de escoamento de produção, além de trazer avanços na qualidade de vida da população, revelam também o comprometimento do Estado na viabilização de melhores condições gerais de produção para o desenvolvimento capitalista do país. Conforme elucida Freitas (2004, p. 60):

Nessa medida, a Doutrina de Segurança Nacional (zênite do pensamento esguiano) molda-se sobre tal vertente dupla, isto é, a sua concepção parte do pressuposto de que, em face do ambiente geoestratégico mundial se caracterizar por aquilo que Aron (1985) iria apelidar mais tarde de “guerra improvável, paz impossível”, a estratégia subversiva de índole marxista (única racionalmente passível de execução pela URSS nessas circunstâncias) utilizaria em seu proveito as condições de subdesenvolvimento e pobreza próprias a largos setores da sociedade brasileira. Importava, por conseguinte, melhorar as condições materiais da população mediante uma racional e objetiva aceleração do seu nível de vida (desenvolvimento planejado), eliminando-se então as condições propícias à germinação do “vírus comunista”. Por dedução, o bloco ocidental se beneficiaria dessas medidas: não só o Brasil permaneceria imune à infiltração de corpos estranhos ao seu sistema político tradicional, como veria ainda reforçado o seu estatuto de potência regional (polo aglutinador de lealdades no subsistema sul-americano imprescindíveis à segurança no Atlântico Sul).

Como se observou, as teorias militaristas transcendem os espaços castrenses e propõem soluções para problemas políticos e civis, soluções estas que tendem a resolver os conflitos sociais por meio de violência, repressão e imposição autoritária de uma ordem, assim como acontece no interior das instituições militares.

Alves (2005) demonstra que o slogan “segurança com desenvolvimento” do governo militar costurou o desenvolvimento

capitalista associado-dependente à defesa da segurança nacional contra o “inimigo comunista infiltrado”, e ao mesmo tempo foi capaz de abafar e controlar os conflitos de classe utilizando-se da violência e do terror. A DSN expressa no Brasil como ideologia de segurança nacional, tratou-se portanto, de uma ideologia em prol da dominação de classe que legitima formas de opressão, constituindo-se em um elemento para ampliação do Aparelho Repressivo de Estado no sentido apresentado por Althusser (1983).

Em uma análise mais ampla dos resultados da implantação do regime de segurança nacional após o golpe civil-militar de 1964, Alves (2005) aponta que a estrutura ideológica de legitimação da ditadura caiu em sua própria armadilha, na medida em que a constante remodelagem dos meios de coerção foi acumulando contradições na forma de organização do governo, fazendo com que ao longo dos anos de governo se perdesse a base popular civil que outrora apoiou a chegada dos militares ao poder. Apesar das fragilidades que foram se revelando, como o isolamento da sociedade civil e cupulismo militar; e a incapacidade de superar as contradições e dissensões entre a base militar, fica evidente a importância das ideologias militaristas (geopolítica e DSN) e da ideologia anticomunista, para o controle ideológico antes e durante a ditadura.

4.3. CANAIS DE DIFUSÃO IDEOLÓGICA

4.3.1. Escola Superior de Guerra

Conforme apresentado no capítulo 4.2., a fundação da Escola Superior de Guerra não foi consensual nas Forças Armadas, de modo que a sua concepção esteve vinculada à “ala” majoritária de militares que pautavam a noção de desenvolvimentismo, e não se opunham à aliança de capitais nacionais e estrangeiros. Em tempos de acirramento da Guerra Fria, a criação da ESG foi assistida por militares franceses e principalmente estadunidenses, que ofereceram diretrizes formativas e operativas à escola brasileira.

Um ponto fundamental para compreender o papel da ESG enquanto canal de difusão de ideologias é o fato de que apesar de ser um centro de treinamento militar, em toda a sua história ela também atendeu a civis. Nesse sentido, Santos (2010, p. 96) apresenta que a estrutura da instituição é composta por três níveis: o quadro permanente de funcionários, militares e civis, responsáveis pela administração,

burocracia e docência; um corpo rotativo de estagiários (alunos) que participam dos cursos oferecidos, dentre eles deputados, empresários, funcionários públicos, oficiais gerais e superiores; e por fim, o grupo de egressos que compõem a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), ativa desde 1951 na forma de associação civil sem fins lucrativos, em que se busca dar continuidade às relações estabelecidas na Escola, além de promover atividades sociais, culturais e formativas. Atualmente, a ADESG conta com mais de 78.000 diplomados. (ADESG, 2017)

A articulação entre civis e militares promovida por instituições como a ESG rompe com o característico isolamento das instituições militares em relação à sociedade civil, tornando-se um canal estratégico para a comunicação e estabelecimento de relações orgânicas entre o alto escalão destes dois setores, e que se pretende permanente por meio das atividades regulares da Associação de Diplomados. Conforme destaca Comblin (1978), o intuito desse modelo de ensino é exatamente de iniciar militares na vida civil, e civis na vida militar.

O projeto de ensino voltado para o desenvolvimento intelectual oferecido pela Escola Superior de Guerra permitiu a evolução e aprofundamento teórico do pensamento militar brasileiro. Conforme ilustra Pasquino, os cursos de formação da ESG combinavam elementos preparatórios para uma carreira de atuação tecnocrática:

[...] O processo de profissionalização não só aumentou os conhecimentos dos militares na sua área específica, como também diversificou as suas aptidões. A criação de escolas de alta especialização para os oficiais do Estado-maior formou, nos anos 50, em alguns países, mormente no Brasil e no Peru, mas também na Argentina e no Chile, um sólido grupo de oficiais com uma preparação política, econômica e sociológica e, em sentido mais amplo, técnica, que não tinha nada a invejar à preparação alcançada pelos civis nos centros universitários. A comum experiência da aprendizagem criou, além disso, em muitos oficiais um forte sentimento de solidariedade. (PASQUINO, 1998, p. 753)

Nesse sentido, a complexidade dos estudos realizados na ESG e o respaldo destas teorias dentre o grupo de poder que articulou o golpe de 64 fez com que muitas propostas elaboradas por civis e militares na

Escola ao longo de sua existência fossem incorporadas à legislação e às práticas de governo (legais ou ilegais) durante o período da ditadura.

A concepção de uma instituição de estudos voltada para pessoas dotadas de poder político-econômico contém em suas entranhas objetivos estratégicos⁴⁹, com resultados de médio e longo prazo. No caso da ESG, Rezende (2001, p. 17) destaca que os militares reconheciam a importância da internalização de valores condizentes com a sua doutrina, e que viessem a se tornar norteadores das ações de toda a sociedade. Para tal interesse, foi crucial a atuação dos quadros formados na Escola:

O regime militar, através de seus condutores, insistia no processo de convencimento da população sobre os aspectos psicossociais da segurança nacional. Nesse processo, a ESG desempenhava um papel fundamental. Seus ideólogos, no governo e/ou fora dele, se incumbiam de encontrar e divulgar supostos pontos de conexão entre os valores fundamentais das instituições, grupos e indivíduos, e as atitudes, ações e medidas tomadas pelo grupo de poder. (REZENDE, 2001, p.45)

Ao construir uma instituição própria – a ESG – e manter um bloco de poder liderado e viabilizado por ela – a ADESG –, a categoria militar se enquadra no conceito de elite orgânica elaborado por Dreifuss. Nesse sentido, a Escola Superior de Guerra opera segundo um projeto político de classe, atuando em função da manutenção de seu poder na medida em que estabelece relações profundas com outros setores das classes dominantes e dos aparelhos de Estado, e a eles propicia o contato com as suas próprias concepções de organização social.

O projeto político de organização social lapidado na Escola Superior de Guerra, a partir dos fundamentos da Doutrina de Segurança

⁴⁹ Em 2004 o então presidente da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Ivan Simonsen Leal, apresentou uma reflexão em relação aos projetos de longo prazo na história política do Brasil: “Ao longo de nossa história, só uma vez se procurou dar alguma organicidade ao pensamento estratégico. Isto foi feito na Escola Superior de Guerra, após a Segunda Guerra Mundial, mas correspondeu a um momento histórico onde o planejamento estratégico ficou ligado à luta entre ideologias. Com o fim do regime militar, a ideia de planejamento foi pouco a pouco sendo abandonada, considerada por vezes um subproduto da doutrina de Segurança Nacional das décadas de cinquenta a setenta.” (LEAL, 2004, p. 53)

Nacional, foi construído no sentido de nivelar os diferentes graus de consciência, ou, produzir consensos entre os seus membros militares e civis a partir da investigação de uma agenda de pesquisa própria; utilizando-se de sua lógica epistêmica dicotômica onde todos os que não são “amigos” são “inimigos”; e de suas formações conceituais particulares. Dessa maneira, ao transpor cautelosamente seus valores particulares como universais, obteve-se o controle e soberania sobre a ideologia formulada na ESG.

Assim, entendemos que o caráter ideológico da ESG [...], nesses primeiros movimentos [1948-1964], se coloca de maneira latente, pois, nesse momento, há uma aglutinação de importantes lideranças nacionais no seu entorno, a partir de uma base conceitual mínima que especula sobre a Segurança Nacional. A segunda fase [1964-1974] da instituição não só colocaria à prova suas formulações, pois esse grupo assumirá a direção de Estado, como também o desafio de incorporar a problemática do desenvolvimento à DSN, fechando, dessa forma, as bases do projeto esguiano de caráter ideológico para o país.” (SANTOS, 2010, p. 100)

De acordo com Santos (2010, p. 105), apesar de a DSN não se tratar de uma doutrina capitalista em defesa aberta do capital internacional, ela trabalha com esse alinhamento devido à compatibilidade de interesses entre as perspectivas do projeto militar de poder e o modelo de desenvolvimento capitalista multinacional. Como se apresentará adiante, essa não objeção ao internacionalismo do capital possibilitou um casamento profícuo entre ESG, IPES e IBAD, que possibilitou a desestabilização do governo Goulart, incompatível com os projetos das três instituições, e posterior tomada de poder, conjugando interesses das elites militares e civis.

4.3.2. Complexo IPES e IBAD

Segundo Dreifuss (1981 e 1986) as elites orgânicas brasileiras, com influência de suas congêneres internacionais, projetavam ideias e argumentos em favor da modernização do capitalismo nacional com o intuito, assim como a ESG, de consolidar um grau de consenso entre as classes dominantes no país. Dentre as instituições que serviram de meio de veiculação destes ideais, destacam-se as irmãs IBAD (Instituto

Brasileiro de Ação Democrática) e IPES (Instituto de Pesquisa e Ações Sociais), ambas concebidas sob a atenção do general Golbery do Couto e Silva.⁵⁰

Com uma vida mais curta, Instituto Brasileiro de Ação Democrática operou de maneira articulada entre os anos de 1959 e 1963 por meio do periódico mensal Ação Democrática. A publicação era distribuída gratuitamente⁵¹, voltada principalmente às camadas dominantes do país. Seu conteúdo propagandeava os perigos da “infiltração comunista” no Brasil e a necessidade de mobilização diante de tal “ameaça” que se apresentava de forma cada vez mais contundente. O fechamento do IBAD decorreu das investigações de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as ações clandestinas do grupo e a procedência ilegal das verbas que o financiavam. Apesar das suspeitas de envolvimento com instituições estrangeiras e financiamento de candidatos anticomunistas nas eleições de 1962, a CPI findou enigmaticamente como “inconclusiva”. (MOTTA, 2002b)

⁵⁰ Existiram em toda América Latina canais de difusão ideológica em favor dos interesses multinacionais e associados: “O caso do complexo IPES/IBAD/ESG é o dispositivo da elite orgânica mais central em 1964; no entanto, nessa mesma obra, Dreifuss já chama bastante atenção para entidades transnacionais como a ADELA – Atlantic Community Development Group for Latin America, entidade formada em 1962 com o propósito de organizar os interesses dos capitais forâneos na América Latina; ou o CICYP (Consejo Interamericano de Comercio y Producción), presidido aliás por Roberto Campos de 1968 a início dos anos 1970. No contexto latino-americano temos ainda o Council for Latin America criado pelos Rockefeller, que depois se transformou em Council of the Americas (que hoje, associado à Americas Society, é conhecido pela sigla AS-COA). Inspirados e ligados ao IPES brasileiro, em outros países latino-americanos surgiram entidades como o chileno Instituto Privado de Investigaciones Económico-Sociales (IPIES) e os argentinos Foro de la Libre Empresa e a Acción Coordinadora de las Instituciones Empresariales Libres, que tiveram destacada atuação nas respectivas ditaduras empresarial-militares nos anos 1960 e 1970.” (MELO e HOEVER, 2014, p. 26)

⁵¹ De acordo com Motta (2002b), a tiragem alcançou a casa de 200.000 exemplares.

Figura 3: Edição de dezembro de 1962

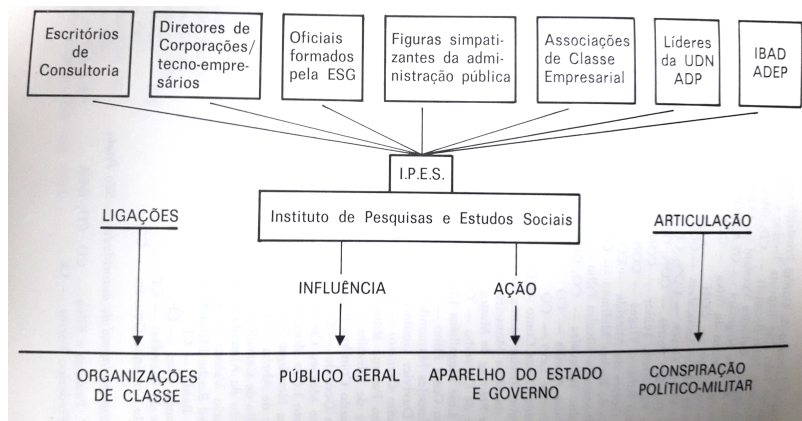


Fonte: Antonio Ferreira (2017)

O IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) atuou por onze anos⁵². Criado em 1961 por empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro é um exemplo claro de instituição para a formação de quadros políticos e propaganda dos ideais liberais-conservadores em defesa do capitalismo multinacional e associado. Dentre as suas principais atividades, destacam-se a organização de palestras e o financiamento de publicações e filmes.

[...] havia uma presença marcante das profissões ditas liberais (engenheiros, economistas, politicólogos, advogados, jornalistas, etc.) e de militares, diplomatas e figuras de destaque do Parlamento, embora estes últimos fossem poucos e cuidadosamente selecionados. Com frequência, encontravam-se nestas elites orgânicas membros do governo, ex-ministros, secretários de estado, membros de juntas militares, senadores e governadores, que não raro ocupavam postos de destaque nos conselhos diretivos destas entidades. (DREIFUSS, 1986, p. 115)

Figura 4: Estrutura e funcionamento do IPES



Fonte: Dreifuss (1981, p. 175)

⁵² Oficialmente o IPES foi fundado em 1962, todavia, desde o ano anterior já realizava atividades. A sede paulistana do Instituto foi fechada em 1970, mas o encerramento completo das atividades se deu dois anos depois com o fechamento da sede carioca. (PAULA, 2015).

Toledo (2006) apresenta a tese de que o IPES tinha como um de seus objetivos ser uma oposição ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Criado em 1955 e reprimido e extinto após o golpe civil-militar, quando uma parcela de seus integrantes foi exilada, o ISEB foi uma instituição estatal que se debruçava no estudo das ciências sociais congregando nomes como Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Antônio Cândido e Alberto Guerreiro Ramos. Apesar das suas distintas correntes internas, o ISEB, assim como a Escola Superior de Guerra⁵³, construía sua concepção própria de desenvolvimento nacional, com formações voltadas para quadros civis como sindicalistas, políticos e empresários. Nesse sentido, atuava igualmente enquanto meio de propaganda ideológica de um projeto de organização social, com a diferença de que o ISEB não alcançara a categoria militar. Suas propostas defendiam o desenvolvimento capitalista brasileiro “independente” e a necessidade de reformas sociais⁵⁴, de modo que no governo Goulart o ISEB se posicionou abertamente a favor das reformas de base, juntamente à outras frentes como a União Nacional dos Estudantes, Partido Comunista Brasileiro, Ligas Camponesas.

A substancial diferença entre as duas entidades consistia no fato de que de que [sic.] no horizonte imediato do ISEB, estava a possibilidade de se construir um capitalismo com bases autóctones ou um *capitalismo nacional*. Para o IPES, o *capitalismo multinacional e associado* era uma exigência inelutável e imperiosa para o país. Se dentro do ISEB a questão da *hegemonia* na condução do processo de desenvolvimento era um tema controvertido – para uns, deveria ser o proletariado ou as massas populares, para outros a burguesia nacional -, para o IPES, a *burguesia associada* era a única candidata a assumir a direção política e ideológica do processo de consolidação do capitalismo industrial no Brasil. (TOLEDO, 2006, p. 128)

A partir da perspectiva tecnocrática de que o governo Goulart era incompetente no cumprimento da tarefa de garantia de condições gerais de produção para seus interesses capitalistas, propondo medidas e

⁵³ De acordo com Toledo (2006), uma das proposições de nome cogitadas para o ISEB foi “Escola Superior da Paz”.

⁵⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre o discurso nacional-desenvolvimentista do ISEB, consultar Mendonça (1986).

tomando ações que incomodavam a burguesia interna brasileira e os interesses do capital multinacional, IPES e IBAD atuaram de forma cooperativa e se estabeleceram enquanto epicentro da desestabilização do governo do presidente João Goulart. Apoiada nos problemas estruturais da crise brasileira, a propaganda anticomunista realizada nestas instituições tiveram significativo respaldo na opinião pública brasileira. Embora fossem os dois mecanismos de difusão ideológica com papel mais notável no início da década de 1960, IPES e IBAD não foram as únicas organizações civis que pregavam o anticomunismo, mas indubitavelmente serviram de inspiração e suporte ideológico a outras tantas (MOTTA, 2002b).

IPES e IBAD, portanto, foram dois institutos com aparência de organizações civis, porém coordenados por uma elite orgânica composta por militares e principalmente empresários tecnocratas, com atuação decisiva em favor do golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981). Com base em Dreifuss, Toledo (2006, p. 127) sintetiza a campanha ideológica contra o bloco histórico-populista de Goulart nos movimentos de: realização de campanha político-militar; mobilização da burguesia interna brasileira e de setores tradicionais do empresariado; convencimento de setores relevantes das Forças Armadas; neutralização de opiniões divergentes; e a “adesão ou a passividade das camadas sociais subalternas”.

[...] Para Dreifuss, a elite orgânica lançou uma campanha político-militar que mobilizou o conjunto da burguesia, convenceu segmentos relevantes das Forças Armadas, neutralizou a dissensão e obteve dos setores tradicionais do empresariado, a adesão ou a passividade das camadas sociais subalternas. Antes disso, desenvolveu uma ampla campanha ideológica contra o chamado bloco histórico-populista. (TOLEDO, 2006, p. 127)

Dentre as ações públicas do complexo IPES/IBAD para a desestabilização do governo Goulart, estão a difusão ideológica da existência do “perigo vermelho”, da “cubanização do Brasil”, e como ressalta Rezende (2001, p. 67), a oposição ideológica entre comunismo e democracia. O hasteamento de uma bandeira democrática, que destacava os horrores da então gestão, foi de suma importância para angariar o interesse público para uma “mudança profunda”:

[...] Uma parte significativa dos setores médios (técnicos e militares) e empresariais que se uniram em torno do IPES/IBAD, por exemplo, deram

substância a uma concepção de democracia que ganhou fôlego, principalmente no interior do grupo de poder, na década de 60 adentro, fundada no princípio de desarticulação e/ou eliminação, através de inúmeros instrumentos, das forças sociais opostas. (REZENDE, 2001, p. 67)

Nesse contexto, vale relembrar que o golpe civil-militar se deu enquanto uma “atitude necessária” “em nome da democracia”. A “democracia” desejada pelo bloco da elite orgânica aludia abertamente, aos valores cristãos e morais da família brasileira, ao bem geral e segurança da nação, ao reestabelecimento da paz mediante a extinção da ameaça comunista. Aludia, de forma mais discreta e nas entrelinhas, ao estabelecimento de melhores condições para a modernização capitalista, no sentido do alinhamento ao liberalismo praticado nos Estados Unidos.

A elite orgânica brasileira se articulou de maneira eficaz na persecução de seus objetivos. Para a deliciosa recompensa de massivos investimentos de capital internacional, principalmente estadunidense, que alavancariam seu poder político e econômico, era mandatário não apenas o alinhamento ao bloco ocidental da Guerra Fria, mas também combate ativo (físico e ideológico) ao bloco soviético. Nesse sentido, conjugada a sua campanha ideológica anticomunista, o IPES foi responsável pela estruturação de um serviço de informações de atuação clandestina, responsável pela vigilância e monitoramento político de indivíduos e grupos considerados inimigos. (MOTTA, 2002b, p. 243)

IPES e IBAD foram os maiores exemplos da organização das camadas dominantes para um objetivo delimitado de implementação de um modelo capitalista de desenvolvimento multinacional e associado no início da segunda metade do século XX. Apesar da duração efêmera de tais iniciativas, as ações fomentadas foram estruturais para o enraizamento de um senso comum favorável às mudanças conjunturais que aconteceram em 1964 e inseriram o Brasil na lista dos países de economia de mercado modernizada e compatível com o padrão que se estabelecia internacionalmente. Além disso, foram importantes espaços de tomada de decisão e ações práticas legais e ilegais das elites orgânicas.

5. ARTICULAÇÃO DE IDEOLOGIAS EM FAVOR DO GOLPE

O objetivo desta pesquisa é a compreensão de como as ideologias que eram pautadas no início da década de 1960 possibilitaram o desfecho autoritário para a crise institucional brasileira, quando ocorreu golpe civil-militar de 1964, iniciando um período de 21 anos de governo ditatorial. Antes das considerações que serão aqui levantadas, é importante ressaltar que o conteúdo desse estudo representa uma visão geral dos acontecimentos da época a partir de um ponto de vista crítico, de modo que não alcança detalhes das relações sociais do período com profundidade.

Neste capítulo, propõe-se expor as articulações ideológicas mais notórias que contribuíram para o alcance de interesses civis e militares no Brasil. Os elementos apresentados nos próximos itens estiveram profundamente interconectados, porém, por uma escolha didática, encontram-se elencados separadamente.

5.1. ARGUMENTAÇÃO CIENTÍFICA

No capítulo 2.3. foi apresentada a relação entre ideologia, ciência e tecnocracia. Observou-se que pesquisas comprometidas com interesses particulares geram elaborações que corroboram teorias e/ou práticas que beneficiam setores restritos da sociedade. A partir dessa ciência enviesada que conta com argumentos de autoridade, consolida-se uma relação circular entre a produção de ideologias e a reprodução do poder por meio de mecanismos e instituições próprias.

Instituições como o IPES, IBAD e ESG se dedicaram a estudos e produções intelectuais que aliavam as insatisfações comuns a toda sociedade brasileira em tempos de crise com uma perspectiva particular de projeto de sociedade, cuja aplicação viria a beneficiar principalmente aos detentores do poder que compunham a elite orgânica brasileira. Na ausência de criticidade, ou, diante de uma posição hegemônica, os argumentos elaborados em função do anticomunismo, geopolítica, militarismo, ideologia de segurança nacional, democracia e nacionalismo, embora bastante questionáveis, mostraram-se suficientes para a mobilização da população como um todo em favor da ruptura institucional de 1964.

A intensa propaganda cultural (realizada principalmente com apoio do IPES) endossava as proposições científicas militaristas e intervencionistas, apresentando argumentos que traziam uma aparência

real e concreta à essas ideologias, e dessa maneira, ganhava respaldo entre a opinião popular. A articulação ideológica da indústria cultural com as produções intelectuais, portanto, criava um sistema de verdades que se expunha como lógico e plausível, mobilizando o que Althusser (1983) caracterizou como Aparelho Ideológico de Estado comunicacional (indústria midiática e cultural em geral). Contudo, todo olhar mais questionador é capaz de enxergar as inconsistências de tais construções ideológicas.

Da mesma maneira, os argumentos tecnocráticos expressos em artigos e estudos voltados principalmente para as classes dominantes, e as promessas de melhorias que uma ruptura institucional traria expresso em projeções econômicas foram importantes para o convencimento da população.

[...] Além disso, o planejamento era necessário por ser um recurso institucional que ocultava do público as relações de interesses. De fato, o planejamento indicativo e alocativo, ou a racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do país (onde a nação seria o objeto, o Estado seria o agente e o bloco multinacional-associado, o sujeito “elíptico” ou oculto), seria um dos pilares do regime pós-1964, quando o planejamento tornar-se-ia uma dimensão da “racionalização dos interesses das classes dominantes e a expressão de tais interesses como Objetivos Nacionais”. (DREIFUSS, 1981, p. 75)

5.2. TODOS PELA DEMOCRACIA

Um dos principais apelos para a legitimação do golpe civil-militar foi a oposição ideológica entre “comunismo” e “democracia”. O apelo democrático e patriótico muito presente ao longo dos anos 1960, foi politicamente oportuno por conseguir mobilizar subjetiva e objetivamente diversos setores da sociedade em torno de um rótulo vazio, com o conteúdo genérico e maleável.

Democracia, naquele contexto, poderia ser sinônimo de ordem, participação política, liberdade individual, liberalismo econômico, combate à corrupção, ou outras interpretações, mas era principalmente, o oposto de comunismo. Cunhava-se a percepção de que o governo em vigor era debilitado na sua tarefa de promover a democracia, na medida em que não foi capaz de conter a “infiltração comunista” no Estado,

colocando a população em situação de “perigo”. Conforme aponta Motta (2002b, p. 248),

[...] a falta de compromisso da frente anticomunista com a democracia efetiva ficou patente nas características adotadas pelo regime político derivado do movimento de 1964. No entanto, seria exagerado dizer que todos os grupos anticomunistas usaram o argumento democrático só como fachada. Muitos se sentiram traídos e ficaram decepcionados com o rumo autoritário tomado após a derrubada de Jango. Por outro lado, alguns setores consideravam “democracia” mero sinônimo de regime da livre-iniciativa. O conteúdo político da expressão ficava em segundo plano, a partir do pressuposto de que uma sociedade democrática deve se basear, necessariamente, na liberdade econômica e na primazia da propriedade privada.

Figura 5: Capa da revista *Lei e Política* (1948), que já trazia a oposição ideológica entre comunismo e liberdade



Fig. 8. O Comunista e a República – Fonte: *Lei e Política*, jun. 1948. BN.

Fonte: Motta (2002b, p. 104)

Como se sabe, apesar da campanha ideológica propagada pelos grupos interessados e associados ao poder, o governo ditatorial esteve bastante distante das ideias democráticas, caracterizando-se enquanto um regime de Estado autoritário no sentido apresentado por Silva (2004). Mesmo após o amplo conhecimento dos crimes de terrorismo de Estado e violação de direitos humanos do período ditatorial, Teixeira destaca que o discurso castrense ainda enxerga democracia em suas práticas totalitárias⁵⁵: “A retórica dos comandantes militares, tanto nas comemorações da “Intentona” de 1935 quanto nas da “Revolução” de 1964, insiste bastante na noção de “democracia”. Já o conteúdo dessa noção não goza de muita especificação.” (TEIXEIRA, 2017, p. 163).

⁵⁵ Para o estudo aprofundado do processo de legitimação e manutenção do poder no período ditatorial brasileiro, recomenda-se a leitura de Rezende (2001).

Na medida em que o “comunismo” era oposto de “democracia”, a construção de uma consciência coletiva anticomunista foi fundamental para mobilizar o apoio à ruptura institucional. Conforme apresentado no capítulo 4.1., foi apenas às vésperas do golpe de civil-militar que se unificou a frente anticomunista que amalgamou os mais variados segmentos (algumas vezes adversários) da sociedade brasileira pelo temor ao “perigo que batia à porta”. Dentre os grupos com maior peso, estavam as elites empresariais, políticas, militares (esses em sua maioria organizados nas instituições de difusão ideológica), grupos religiosos, camadas médias e grupos de mulheres. Com relação à essa última parcela mencionada, Motta (2002b, p. 241) analisa que:

Tratou-se de um fato inovador na política brasileira, que até então tinha pouca tradição de participação feminina. [...] A participação das entidades femininas na campanha anticomunista provocou forte impacto, à medida que elas mobilizaram um grupo social numeroso e influente. É verdade que as lideranças provinham das classes médias e altas, mas isso não diminui a importância do fenômeno. As organizações de mulheres conferiam um apelo especial à mobilização conservadora, pois fortaleceram a impressão de que a sociedade como um todo estava se levantando contra o comunismo. A força simbólica desta presença feminina era grande, com as mulheres representando a figura materna, o lar, e a dona de casa, em resumo, a família.

O discurso de defesa da democracia operava enquanto um catalisador da mobilização e também um meio para amenização de conflitos sociais, afinal, quem seria contra a democracia? Tratou-se de um artifício para construir a aceitação da população ao controle ditatorial, ao fazer do critério imperativo para a união entre grupos ou conflitos que dividem a sociedade não as distinções entre classes sociais, mas a dicotomia entre “comunismo” e “democracia”.

No rol de argumentações contra o “comunismo” e a favor da “democracia” e da “liberdade”, mobilizava-se também o Aparelho Ideológico de Estado religioso, ao conclamar a imoralidade e paganismo como destrutivos (conforme discutido no capítulo 4.1.), e o Aparelho Ideológico de Estado familiar, de modo que a participação massiva feminina, e com elas também idosos e crianças, trouxe maior peso às reivindicações populares. Como ilustrado a seguir, o panfleto

convidando para a Grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade apresentava conteúdo abertamente anticomunista e mobilizava uma vasta gama de associações civis.

De acordo com essa lógica proposta, consolidava-se a retórica em favor do alinhamento aos Estados Unidos e a linha da Doutrina de Segurança Nacional, na medida em que ela teria capacidade de garantir as condições para o desenvolvimento democrático e seguro do país. Nesse sentido, com o argumento de combate ao “comunismo” legitimava-se a repressão às “ameaçadoras” organizações autônomas de trabalhadores, intelectuais, camponeses e estudantes.⁵⁶

⁵⁶ Alves (2005, p. 380-381) discorre sobre os diferentes níveis de atuação e formas que a repressão tomou ao longo do regime ditatorial: “[...] constata-se que a estratégia do Aparato Repressivo foi sendo alterada nos diferentes períodos. A primeira onda de repressão, em 1964, destina-se a eliminar todos os vínculos políticos com o governo e os movimentos sociais anteriores. A repressão tinha, assim, caráter nacional, sendo dirigida segundo alvos de classe. Só eram definidos como “inimigos internos” os que tinham relações com governos anteriores ou com movimentos sociais populistas. Os políticos vinculados a governos anteriores, alvos principais da repressão, pertencem em geral às classes média ou superior. A repressão também visava líderes e militantes camponeses e da classe operária, além de integrantes dos movimentos sociais católicos que davam apoio às organizações dos pobres no período anterior a 1964. No período de 1966-1967 a repressão destinava-se a completar os expurgos que não haviam dado satisfação aos guardiões da segurança interna. Realizou-se menos número de prisões, mas os expurgos foram ampliados para atingir alguns dos que se haviam eximido de condenação no primeiro ciclo em virtude de posicionamento independente do Judiciário. Após o Ato Institucional nº5, entre 1969 e 1973, alterou-se a situação. Confrontado com a oposição armada, o Estado valeu-se desta desculpa para implantar plenamente o Aparato Repressivo. Àquela altura todos os cidadãos eram considerados suspeitos até prova em contrário, atingindo a repressão todos os grupos, com escassa distinção entre classes ou preferências políticas.”

Figura 6: Chamado para a "Grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade" do Rio de Janeiro

MULHER CARIOCA

MÃE CARIOCA

ESPOSA CARIOCA

IRMÃ CARIOCA

O nosso direito de amar a Deus, e a liberdade e a dignidade de nossos maridos, filhos e irmãos, estão ameaçados pelos comunistas primários em seus instintos e brutos em seus sentimentos.

Eles se acham em plena marcha para submeter o Brasil à escravidão da sua ditadura retrógrada, anti-humana e antirristã.

Explorando condições difíceis que eles próprios ajudaram artificialmente a criar neste País da Esperança e do Futuro, os comunistas, altamente acumplicados, preparam-se para o assalto final às igrejas de todos os credos e a todas as liberdades de todos os cidadãos.

Eles já mostraram em Cuba, na Hungria, na Tchecoslováquia e na Romênia como são capazes de transformar templos em centros de heresia e paganismo.

Vamos para as ruas, antes que os inimigos cheguem aos nossos templos e igrejas!

Compareça à "Grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que será realizada quinta-feira, dia 2, partindo às 16 horas da Candelária para a Esplanada do Castelo.

Venha conosco. Marche conosco ao lado de Deus e do espírito dos nossos heróis da Liberdade!

- CRUZADA DO ROSÁRIO EM FAMÍLIA
 - CAMPANHA DA MULHER (CAMDE)
 - LIGA DE DEFESA NACIONAL
 - CÍRCULOS OPERÁRIOS CATÓLICOS
 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE FAMÍLIA
 - FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO
 - GRUPO DE DESAGRAVO AO ROSÁRIO
 - CLUB DO OTIMISMO
 - UNIÃO CÍVICA DE SÃO PAULO
 - ASSOCIAÇÃO DAS ANTIGAS ALUNAS DO SACRE-COEUR DE JESUS
 - MOVIMENTO DE REAFIRMAÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA
 - (Rádio, Televisão e Cinema)
 - GRUPO DE EX-COMBATENTES DA FEB
 - FEDERAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DOS LAZAROS E DEFESA CONTRA A LEFRA
 - CONFEDERAÇÃO CATÓLICA ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO
 - (Com todas as suas Associadas e Obras (1.573)
- Compareça você também, quinta-feira, dia 2, às 16 horas, à "MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE", saindo da Candelária para a Esplanada do Castelo.

Conforme aponta Rezende, a manipulação ideológica em torno da dicotomia “comunismo X democracia” trouxe resultados satisfatórios aos interesses do grupo de poder ao ser capaz de transformar demandas reais da sociedade (de melhoria das condições de vida) em uma suposta necessidade de intervenção no Estado. Na medida em que as pessoas enxergavam que as suas insatisfações estavam supostamente contempladas pelas propostas do bloco da elite orgânica, passavam a apoiar as opiniões deste grupo:

A vinculação, pelo regime militar, de sua suposta democracia a estes valores fazia parte da estratégia denominada de psicossocial pelo gal. Golbery do Couto e Silva. O estreitamento da relação entre a suposta intenção democratizante do grupo de poder e os valores ligados à preservação da família, à remodelação da escola segundo os padrões do novo regime, à proteção da propriedade, ao direito da crença religiosa, dentre outros, apreendia, indubitavelmente, a subjetividade de uma larga maioria de indivíduos e/ou grupos sociais.

Pode-se dizer, então, que a busca de adesão e reconhecimento pelo regime militar fundava-se, também, em valores que foram perspicazmente filtrados da própria sociedade. A ditadura foi relativamente bem-sucedida em seus propósitos porque ela se empenhava em firmar seu suposto ideário de democracia em valores socialmente atuantes e de grande significado para os diversos segmentos sociais. (REZENDE, 2001, p. 39)

5.3. UMA SAÍDA INEVITÁVEL EM NOME DO BEM COMUM

A evocação de símbolos nacionais como a “nação” ou “pátria”, o “povo” e o “bem comum” é um traço forte das tradições militares, porém, estiveram presentes no imaginário da população como um todo na década de 1960 no Brasil. Conforme apresentado no capítulo 4.2., para Fernandes (1978), a existência de um suposto “interesse público” legítima e fundamenta a existência de mecanismos para a manutenção de uma “ordem” comprometida com o “bem comum”.

Com relação a esse aspecto, o governo Goulart era caracterizado pelos seus opositores organizados com termos que aludiam á destruição

da ordem e do bem comum como “baderna política”, “crise de autoridade”, “caos administrativo”, “subversão da lei” e “inflação descontrolada” (TOLEDO, 2004). É evidente que o país se encontrava em uma situação crítica, porém, as qualificações atribuídas ao governo buscavam evidenciar um sentimento de que a qualquer momento tudo iria abaixo e o Brasil seria tomado pelas forças comunizantes.

Como demonstra a teoria althusseriana dos aparelhos de Estado apresentada no capítulo 2.2., o poder sobre o Estado consiste no controle sobre os aparelhos por parte de um grupo social. O trabalho realizado pelas elites orgânicas na desestabilização e descreditação do governo Goulart, consistia, portanto, em uma estratégia para a deslegitimação daquele governo e esvaziamento do apoio popular ao então presidente. Em contrapartida, apresentava-se a necessidade de uma mudança profunda para salvar o país das condições ameaçadoras em que se encontrava. Nesse sentido, Marx (1996, p. 156) expõe os fundamentos de uma propaganda de uma classe em ascensão contra uma classe que detém o poder, estando ou não em decadência:

[...] Efetivamente, cada nova classe, que toma o lugar da que dominava antes, é obrigada (nem que fosse apenas para atingir seu objetivo) a representar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias, é obrigada a dar seus pensamentos a forma da universalidade, de representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos válidos, de maneira universal.

Entendia-se, portanto, a importância da adesão popular para a legitimação social de um projeto e/ou estrutura de governo. Os grupos militares e civis que compunham a elite orgânica brasileira, responsáveis pelo processo de desestabilização do governo Goulart, empenharam-se no sentido de conquistar a subjetividade de indivíduos e grupos sociais aos seus ideais particulares, por meio de ações que promoviam a identificação de interesses específicos dessas elites enquanto interesses que atendiam aos anseios de toda a população. (REZENDE, 2001)

A construção e divulgação de ideologias que viariam a permitir a concentração do poder de Estado nas mãos da elite orgânica foi parte da estratégia desse grupo qualificada como psicossocial pelos seus ideólogos. Dentre os principais objetivos, estava o de estabelecer um certo patamar de consenso favorável às posições veiculadas por eles, e,

ao mesmo tempo, demonstrar uma irreversibilidade ou inevitabilidade da tomada de poder.

A respeito da importância das ideologias neste processo de dominação social, é pertinente apresentar a seguinte reflexão:

A influência exercida pelo consenso dos membros de uma comunidade política na legitimação do Estado, seja ele qual for, mesmo o mais democrático, não tem, de maneira alguma, sempre o mesmo peso. O povo não é um somatório abstrato de indivíduos, cada qual participando diretamente com igual fatia de poder no controle do Governo e no processo de elaboração das decisões políticas, como aparenta a ficção jurídica da ideologia democrática. As relações sociais não subsistem entre indivíduos totalmente autônomos, mas entre indivíduos inseridos num contexto, que desempenham um papel definido pela divisão social do trabalho. Ora, a divisão do trabalho e a luta social e política dela decorrente fazem com que a sociedade nunca seja pensada através de representações que correspondem à realidade, mas através de uma imagem deformada pelos interesses dos protagonistas desta luta (a ideologia), cuja função é a de legitimar o poder constituído. Não se trata de uma representação totalmente ilusória da realidade nem de uma simples mentira. Toda ideologia e todo princípio de Legitimidade do poder, para se justificarem eficazmente, precisam conter também elementos descritivos, que os tornem dignos de confiança e, conseqüentemente, idôneos para produzir o fenômeno do consenso. (LEVI, 1998a, p. 677-678)

Nesse sentido, um dos fatores que garantiu a aderência aos interesses da elite orgânica, além da campanha ideológica negativa contra o comunismo e o governo Goulart, foi a campanha ideológica positiva em torno das empresas privadas e dos militares. A crítica à gestão do presidente e à uma concepção (distorcida) do futuro do país, aliada a um trabalho realizado em torno da construção de uma imagem favorável a estes dois grupos melhorou a aceitabilidade da sociedade como um todo em relação à presença dos membros da elite orgânica no poder.

Dreifuss (1986) destaca que as empresas privadas procuravam se apresentar enquanto instituições “apolíticas” e promoviam meios para engajamento de pessoas em ações de benefício social, como programas de habitação, alfabetização, filantropia, profissionalização de baixo investimento e capitalização dos trabalhadores (participação nos lucros da empresa). Dessa maneira, elevando minimamente o nível de conforto material das pessoas, embasavam também o discurso de que o aumento da qualidade de vida e melhoria da perspectiva de sucesso e prosperidade eram derivados das ações da iniciativa privada, e jamais seriam possíveis em regimes ditos comunistas ou socialistas.

Com relação aos militares, houve também um esforço gradual no sentido de angariar a confiança e o apoio da população, promovendo um sentimento de identificação e proteção. Ao mesmo tempo que essa medida trazia a opinião pública para a defesa dos militares no poder (pelo menos em um primeiro momento), também afastava essas pessoas da influência dos movimentos insurreicionais autonomistas.

Dentro do espírito da Aliança para o Progresso, os estrategistas estadunidenses orientaram as Forças Armadas locais para que contribuíssem na estabilização regional através da realização de atividades que gerassem simpatias junto à população mais pobre, principalmente obras de infraestrutura física ou de assistência social. [...]. Assim, recomendava-se a participação militar em programas de utilidade pública, como educação, abertura de estradas, edificação de pontes, construção de escolas e moradias populares, cuidado de parques e de praças, atendimento médico e odontológico em regiões afastadas dos centros urbanos. (PADRÓS, 2007, p. 18)

Ao apresentar uma negatividade e uma positividade em sua perspectiva particular de sociedade, a elite orgânica brasileira conseguiu mobilizar a opinião pública ao entendimento de que a intervenção no governo tornara-se uma demanda para o bem comum de toda população brasileira: “diante de uma gestão governamental incompetente à proteção da nação, é necessário que as forças armadas tomem o poder para reestabelecer a ordem e permitir a democracia”. Não se apresentava, contudo, o que fundamentava materialmente a elite orgânica para uma atuação de tamanha amplitude.

Em primeiro lugar, os estudos desenvolvidos na Escola Superior de Guerra eram pensados a partir da premissa que o tensionamento entre

o polo capitalista e o polo “comunista” acarretaria em uma Terceira Guerra Mundial. O alinhamento do Brasil ao bloco liderado pelos Estados Unidos estaria justificado pelas relações históricas entre os dois países, pela defesa do continente e dos valores de “formação ocidental cristã” compartilhados por ambos. Tais entendimentos ideológicos compunham a “filosofia da entrega” do Brasil às ordens estadunidenses, principalmente por parte dos militares. (SCHILLING, 1981, p. 26-27)

O investimento econômico e militar dos EUA para combate à ameaças subversivas em países da América Latina, principalmente nas instituições de formação castrenses, incluía o encorajamento e apoio direto a tomada (direta ou indireta) do poder político por militares (PADRÓS, 2007, p. 27). Ao fazer da Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida nas escolas de guerra uma prática política, garantia-se a suposta segurança contra ameaças comunistas, e também criava-se uma maior dependência dos países satélites em relação à tudo o que os Estados Unidos ofereciam por meio de programas bilaterais e acordos como a Aliança do Progresso, cujos objetivos sempre foram econômicos. Nas palavras de Dreifuss:

[...] Os militares golpistas assumiram seu papel ideológico de árbitros numa sociedade que viam “corroída pelo caos e pela corrupção”, escondendo o fato de o significado dual da intervenção: o de um movimento classista, estrategicamente preparado e cuidadosamente desenvolvido para conter as forças populares, e o de um movimento político de submissão das forças políticas tradicionais. Através da intervenção militar, o emergente bloco de poder multinacional e associado aumentou o nível e a qualidade da luta de classe, impondo suas próprias soluções à crise, através do controle da sociedade política e da criação de um realinhamento da dominação com uma forma autoritária-militar de governo e uma maneira “tecnocrática” de intermediar os interesses dominantes, que excluía a representação das demandas mais amplas da sociedade. (DREIFUSS, 1986, p. 144-145)

Dessa maneira, torna-se evidente que a atuação política da elite orgânica composta por militares e civis no Brasil objetivou a tomada do poder estatal em virtude da profunda insatisfação com a administração do presidente João Goulart naquele contexto da década de 1960. Para os

expoentes das classes capitalistas, era urgente a modernização do modelo de produção de acordo com os padrões internacionais. Na medida em que o Estado brasileiro não atendia às suas necessidades, a solução encontrada foi a de uma “conexão direta” com os Estados Unidos, que estavam dispostos a intervir, via governo e via empresas privadas, no processo de modernização do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, a conjuntura da Guerra Fria possibilitou apenas que este processo, antes dificultado pela administração do governo Goulart, fosse acelerado com a tomada de poder pelos militares, sob a aparência de “manutenção da ordem e da democracia”. Conforme apontam Melo e Hoesle,

[...] Se a análise dreifusiana considerou as mudanças operadas no mundial da produção, com a entrada no país do capital multinacional e associado, a conquista do Estado pelo bloco de poder ligado a este não constitui “um mero reflexo da supremacia econômica”, mas “um resultado de uma luta política empreendida pela vanguarda destes novos interesses”[...]. Deste modo, ao contrário do que afirmam seus críticos, Dreifuss não considerou o golpe inevitável, ou um desdobramento teleológico da conspiração do IPES, mas a resultante de um episódio da luta de classes num contexto nacional e internacional específico. (MELO e HOESLE, 2014, p. 36)

Tratando-se de luta de classes, a história demonstrou que as classes capitalistas tiveram destreza em desenvolver sua campanha política. Por meio de suas instituições próprias que operavam como verdadeiros Aparelhos Ideológicos de Estado (principalmente ESG, IBAD e IPES), puderam difundir seu projeto estratégico e organizar grupos e indivíduos em torno de seus interesses. Conforme explica Toledo (2006, p. 123), “[...] a possibilidade da hegemonia de um discurso ideológico no interior da formação social dependerá da capacidade política e dos recursos materiais e simbólicos que os atores envolvidos manifestarem na luta social.”

No contexto dos anos 1960, com o processo de polarização social, observou-se um crescimento de movimentos sociais considerados de esquerda, com destaque para organizações camponesas, sindicalistas e estudantis. Contudo, a atuação política e ideológica destas forças estava longe de ser realmente ameaçadoras às classes capitalistas porque a sua capacidade organizativa era bastante restrita e localizada, principalmente

se comparada à mobilização que as instituições comandadas pela elite orgânica era capaz de realizar. Nesse sentido, Motta comenta que:

No final de 1963, pode-se dizer, os setores conservadores e centristas, juntamente com a direita, estavam unidos e mobilizados contra a esquerda, e intensificaram a campanha para insuflar o temor anticomunista no meio da sociedade. [...] A postura do governo tinha importância decisiva [...]. Embora a propaganda anticomunista pintasse um quadro bastante exagerado sobre a extensão da "infiltração", os grupos conservadores tinham exata noção de que o P.C. era uma força minoritária, sem condições de conduzir sozinho uma ação revolucionária vitoriosa. O que realmente temiam era a possibilidade de Jango se envolver em algum golpe com o apoio dos comunistas, abrindo-lhes o caminho para o poder. (MOTTA, 2002b, p. 258)

Em outras palavras, a conclusão a que se chega é a de que as ideologias, por meio de instituições que operavam enquanto Aparelhos Ideológicos de Estado em prol dos interesses de grupos dominantes, foram utilizadas no sentido de cooptar uma base aliada para legitimar a atuação da elite orgânica composta por membros do alto escalão das forças armadas, empresas privadas brasileiras e corporações multinacionais ao intervir no Estado brasileiro. Sob a aparente motivação de segurança do país, combate ao comunismo, promoção da democracia e do bem comum em um contexto geral de Guerra Fria, o interesse profundo desta ação residia na modernização das condições gerais de produção para o desenvolvimento e expansão do capitalismo brasileiro por meio da combinação entre investimentos nacionais e internacionais. A possibilidade de "comunicação" do Brasil era nula, mas a criação de uma situação de guerra foi essencial para angariar apoio de toda a população à atuação das classes capitalistas em favor de seus interesses específicos.

6. A QUESTÃO DE FUNDO

Os objetivos dessa movimentação política do início da década de 1960 que culminou no golpe civil-militar, segundo Pedrosa (1966), eram o fim da “corrupção e subversão”, e restauração da livre empresa com um plano econômico liberal em resposta às intervenções estatais progressivas que vinham acontecendo desde o governo de Jânio Quadros. Os tecnocratas e liberais foram capazes de alinhar seus interesses de modo que o Brasil parecesse ingovernável, e que apenas uma intervenção incisiva pudesse resolver a crise.

Ao fim dessa primeira parte do processo estruturado por toda a elite orgânica brasileira, foram os militares que assumiram o poder do Estado. Nos primeiros anos do regime, as classes empresarias, comerciais e industriais brasileiras não estavam satisfeitas ao se ver diante da sobrecarga fiscal e queda nas vendas; enquanto as multinacionais estrangeiras dispunham de recursos facilitados, e uma diferente dinâmica de empreendimentos, com técnicas de *business* mais agressivas e que garantiam melhor retorno financeiro, melhor organização de recursos, mais tecnologias, etc.

Com essa política de tratamento durante o governo ditatorial, as entidades representativas do comércio fizeram questão de manifestar, pela primeira vez na história, reclamações e a sua indignação ao Governo diante das forçadas condições de produção. Nas palavras de Pedrosa,

A ditadura militar não veio, como os demais governos, para atender substancialmente aos interesses gerais do desenvolvimento do setor industrial brasileiro. Veio antes para “educar” (Bulhões) a classe industrial, disciplinar banqueiros e financiadores nacionais, permitir a entrada em massa dos capitais estrangeiros e, em compensação, reduzir os salários da classe operária e cortar-lhes os meios de resistência efetiva à constante pressão sobre os salários e de qualquer modalidade de ação coletiva no plano geral, social ou mesmo político. (PEDROSA, 1966, p. 304)

Observa-se então, que o governo da ditadura foi responsável por “enquadrar” a produção capitalista brasileira no esquema dos capitais transnacionais, melhorando as condições estruturais para o desenvolvimento de uma acumulação capitalista multinacional e

associada. Melo e Hoelever (2014) explicam que em relação aos vizinhos latinos, o Brasil dispunha de uma estrutura mais adequada aos interesses de associação entre capitais nativos e forâneos, em virtude de sua larga produção nas indústrias de base. De acordo com as autoras, este modelo de combinação de capitais costuma se concentrar na produção de bens de consumo duráveis, como a indústria de eletrodomésticos e automobilística.

Nesse sentido, Dreifuss (1986) aponta que este processo de entrada de capitais estrangeiros, que já acontecia desde a década de 1950, mas conseguiu se expandir muito mais com a política do governo ditatorial, foi de uma modernização conservadora do capitalismo brasileiro. A estruturação deste projeto de atualização ou sofisticação do modo de acumulação capitalista foi então estruturada por diretores de corporações multinacionais, membros de empresas de consultoria (tecnoburocratas), administradores do aparelho estatal e oficiais militares, principalmente vinculados à Escola Superior de Guerra.

Este bloco que compôs a elite orgânica estava, portanto, comprometido com o processo de modernização conservadora do capitalismo. Conforme apresentado no capítulo 2.3., a elite orgânica trabalha segundo uma consciência de classe avançada, precisa e organizada, de modo que conseguem maior eficiência na persecução de seus objetivos. Há de se destacar, contudo, que seu poder se dá apenas pela sua capacidade organizativa e de determinação na luta de classes, de modo que não se trata de uma entidade onipotente ou imbatível.

Um exemplo notório da qualidade de atuação dessa consciência de classe organizada é o fato de que ela busca criar estruturas institucionais que atendam às suas necessidades próprias, de modo a reduzir o poder contido nas estruturas institucionais já existentes:

Em busca de participação no Executivo, o bloco multinacional e associado, endossado pelos ideais antipopulistas e elitistas da ESG, incentivou a criação de estruturas político-administrativas capazes de providenciar a sua representação paralela e exclusiva. Em suma, os interesses multinacionais e associados lograram contornar os canais tradicionais populistas na política e na administração, estabelecendo novos laços de poder econômico dentro do aparelho de Estado, através dos Grupos Executivos e das agências especializadas para o desenvolvimento industrial – como o Banco Nacional de Desenvolvimento

(BNDE) –, além de novas formas de comunicação com os centros de decisão, através dos “anéis burocrático-empresariais”. Estes nasceram da ligação entre as empresas multinacionais e associadas, as agências de consultoria e as agências-burocrático-empresariais. (DREIFUSS, 1986, p. 137)

Além disso, sua atuação organizada tem como plano de fundo um projeto político próprio. No caso do programa difundido por meio dos canais do IPES, IBAD e ESG, tratou-se da reinserção do Brasil no sistema de produção transnacional, e da reafirmação da opção capitalista brasileira (DREIFUSS, 1986; PEDROSA, 1966). Nesse sentido, a ameaça comunista, a defesa hemisférica, a eminência de uma Terceira Guerra Mundial, a defesa da democracia, dos valores cristãos, do bem comum, da segurança nacional, e tantas outras justificativas ideológicas, vinham apenas a encobrir a real questão de fundo que motivava a intervenção no poder. Segundo a reflexão de Toledo (2006, p. 130), “mesmo que as esquerdas deixassem de difundir muitas bravatas e *boutades* que se produziu, a direita brasileira, associada ao capital multinacional – não abriria mão do golpe que há muito tempo vinha arquitetando contra o regime democrático e contra as reformas sociais”.

A implementação de um Estado autoritário facilitava, então, a aplicação das ações necessárias à adequação do país a um novo modelo de desenvolvimento, na medida em que qualquer forma de resistência ou oposição poderia ser combatida com o indiscriminado uso do Aparelho Repressivo de Estado e suas formas de repressão em nome da defesa do bem comum, do combate ao comunismo e outras ideologias:

[...] O slogan governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno. [...] Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe poderiam ser controlados pelo terror. Trata-se por isso de uma ideologia de dominação de classe que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista. (ALVES, 2005, p.31-32)

A ação da elite orgânica brasileira na década de 60 tinha autonomia em relação à ação das elites orgânicas forâneas, contudo, o interesse na modernização capitalista brasileira fez a elite orgânica nacional seguir os passos das matrizes europeia e estadunidense,

endossando a interpretação de que o envolvimento para o desenvolvimento de um mercado de capitais multinacionais, que alcança novos mercados consumidores, reduz custos e aumenta a produtividade e os lucros, é compromisso coletivo das classes capitalistas. Conforme analisa Schilling, a elite orgânica brasileira cumpriu seus objetivos:

A eleição do Brasil para o posto de satélite privilegiado concretizou-se durante o governo Castelo Branco. Em razão da política de entrega total executada por Roberto Campos, da modificação das leis sociais outorgada por Getúlio Vargas, da eliminação do “aparato de vigilância nacionalista” e de toda autêntica organização social, os monopólios internacionais decidiram-se. Representantes de 80 grandes grupos econômicos norte-americanos, quando foram recebidos em audiência pelo então marechal presidente, declararam: “O Brasil é o lugar predileto para que as companhias internacionais realizem inversões”. (SCHILLING, 1981, p. 29)

A preparação do terreno para se desenvolver a ditadura, portanto, não se deu por acaso. Estiveram envolvidas forças políticas determinadas que construíram um sistema argumentativo capaz de mobilizar a população a um patamar de homogeneidade de pensamentos que constituía, pelo menos em um primeiro momento, uma base de apoio. Acima de tudo, observa-se que o comprometimento e objetividade das classes capitalistas, articulando-se em diversas frentes, foi crucial para o sucesso de sua atuação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o processo de criação de difusão de ideologias que legitimaram o golpe civil-militar de 1964, observou-se que a atuação da elite orgânica brasileira – composta por membros do alto escalão das forças armadas, administração estatal, empresas privadas e corporações internacionais – se deu no sentido de promover a modernização do capitalismo brasileiro segundo um modelo de incorporação e combinação entre capitais nacionais e internacionais.

Para a manutenção do capitalismo liberal enquanto modelo mundial de organização da produção, em um contexto de Guerra Fria e embate entre as potências Estados Unidos e União Soviética, as elites brasileiras demonstraram um alinhamento exemplar ao padrão estadunidense de acumulação capitalista. Se por um lado o apoio sistemático às instituições brasileiras que se opusessem às mobilizações radicais e insurreições populares era importante para controlar os ânimos e redirecionar a atenção das insatisfações, por outro lado a relação próxima com a elite orgânica brasileira possibilitou excelentes negócios para as corporações dos EUA. Em contrapartida, obtiveram-se investimentos e apoios que fortaleceram o poder das elites capitalistas no Brasil.

É importante ressaltar que assim como o proletariado não constitui uma classe homogênea e com interesses particulares iguais, as classes capitalistas também possuem divergências internas – prova disso é que alguns setores capitalistas se sentiram prejudicados com a reestruturação da produção e da economia após o golpe. Contudo, o que diferenciou a atuação das classes dominantes no contexto da década de 1960 no Brasil, foi a objetividade de seus interesses e a determinação em conquistá-los, atuando de forma comprometida e organizada.

No polo oposto, contudo, a grande parte do proletariado esteve inebriada pelas ideologias promovidas no período. Apesar do aumento da agitação política que polarizou os campos da esquerda e direita no Brasil e no mundo, os movimentos anticapitalistas por diversos fatores não tiveram força suficiente para combater as ações internacionalizadas do grande capital.

Constituindo-se como uma imagem distorcida da realidade, as ideologias difundidas em favor da ruptura institucional só foram acatadas porque tinham respaldo na materialidade das pessoas. Enquanto pensamento teórico, as ideologias não têm capacidade de mobilizar a subjetividade das pessoas. Contudo, a partir do momento

que se enxerga na realidade cotidiana aquilo que o discurso ideológico apresenta, as pessoas passam a compreender aquilo como verdade. No contexto brasileiro, por exemplo, as reformas de base de Goulart, foram denunciadas como “comunizantes” pelos grupos capitalistas que não se sentiam contemplados com aquelas medidas. Diante do contexto de Guerra Fria (ideológica), essa distorção tomou aparência de realidade e foi acatada pelas massas.

Dessa maneira, o proletariado sem consciência de classe passou a seguir as concepções promovidas pelo bloco multinacional-associado liderado pela elite orgânica brasileira, apoiando medidas que beneficiavam os detentores de poder e, afinal, viriam a precarizar suas condições de trabalho e aumentar a exploração sobre a sua própria força de trabalho.

Como Marx (1996) apresenta, as relações sociais dominantes em uma determinada época histórica são expressão das ideias dominantes, que, na estrutura capitalista se concentram no poder de um grupo restrito de pessoas. Por fim, cabe então exercício cotidiano de crítica e desmonte destas práticas e ideias que são fundamentadas nas relações de dominação e exploração de uns por outros – assim como a construção de novas formas de sociabilidade que não estejam baseadas na desigualdade social e em detrimento de relações mercadológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADESG. **Diplomados por estado**. Disponível em: <<http://www.adesc.net.br/diplomados-por-estado>>. Acesso em: 2 out. 2017.
- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Introdução. In: ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- _____. **Ideología y aparatos ideológicos de Estado**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ANTONIO FERREIRA. **Revista Ação Democrática**. Edição da revista Ação Democrática em catálogo de leilão virtual. Disponível em: <<https://www.antonioferreira.lcl.br/peca.asp?ID=110333&ctd=8&tot;=&tipo;=>>>. Acesso em: 23 nov. 2017.
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli da. Resenha O Poder da Ideologia. In: **Revista Lutas Sociais**. Vol. 1. nov 1996. [Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais do PPG Ciências Sociais da PUC-SP]
- BERNARDO, João. **Capital, Sindicato s e Gestores**. São Paulo: Vértice, 1987.
- _____. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). Ideologia. In:_____. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 183-187.
- BRASIL. **Lei Nº 403, de 24 de Outubro de 1896**. Capital Federal, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-403-24-outubro-1896-540216-publicacaooriginal-40179-pl.html>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

_____. Resolução nº 6488, de 22 de junho de 1960. **Instruções Para As Eleições de 1960**. Brasília, Disponível em: <[>. Acesso em: 10 nov. 2015.](http://inter03.tse.jus.br/sadJudLegislacao/pesquisa/registro.do?acao=carregarDoc&cdRegistro=751&clausulaTextualOperadores;=)

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 21ª edição. São Paulo, editora Brasiliense, 1986. (Coleção primeiros passos)

CHIAVENATO, Julio José. **Geopolítica, arma do fascismo**. Global: São Paulo, 1981.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina**. Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 1978.

CRUZ, Natália dos reis. O governo Vargas e o fascismo: aproximação e repressão. In: **Boletim do Tempo Presente**. n. 4. ago 2013. p. 1 – 20.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Editora Vozes. Petrópolis: 1981.

_____. **A internacional capitalista**. Editora espaço e tempo. Rio de Janeiro: 1986.

FERNANDES, Heloisa. **Os militares como categoria social**. Editora Global, 1978

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. v. 24, nº47. São Paulo, 2004. p. 29-60.

FREITAS, Jorge. **A escola geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. (Coleção General Benício)

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Tecnoburocracia e classe social: algumas questões conceituais e mobilidade interna**. In: Revista Administração de Empresas. 1992, vol.32, n.1, p. 60-66.
ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

INFINITE DICTIONARY. **The Magic of a Dark Chamber: The Camera Obscura**. Disponível em:
<<http://infinitedictionary.com/blog/2015/04/08/the-magic-of-a-dark-chamber-the-camera-obscura/>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

KASPI, André. **New Deal - A grande virada americana. (s.d)**
Disponível em:
<http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/new_deal_-_a_grande_virada_americana.html>. Acesso em: 29 out. 2015.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. Vozes: Petrópolis, 2002.

LEAL, Carlons Ivan Simonsen. Por uma estratégia de defesa e segurança de longo prazo para o Brasil. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, 2004. p. 49-59. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança vol. 1.)

LEE-MEDDI, Jeocaz. **A participação das mulheres no golpe militar de 1964**. 2008. Disponível em:
<<http://virtualiaomaniesto.blogspot.com.br/2008/09/atuaao-das-mulheres-no-golpe-militar-de.html>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

LENK, Kurt. **El concepto de ideología** – Comentário crítico y selección sistemática de textos Buenos Aires: Amorroutu editores, 1982.

LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Unb, 1998a. p. 675-679.

_____. Nacionalismo. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Unb, 1998b. p. 799-806.

LOPES, Marcos. A concepção neoleninista de socialismo em István Meszáros. In: **Revista Enfrentamento**, ano 2, n. 04. jan-jun 2008

MAGNOLI, Demétrio. **O que é Geopolítica**. 3ª edição. São Paulo, editora Brasiliense, 1991. (Coleção primeiros passos)

MARX, Karl; IANNI, Octavio. **Karl Marx : sociologia**. 8. ed. São Paulo: Atica, 1996. 214p

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1984. Vol. III.

MELO, Demian; HOELEVER, Rejane. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. In: **Revista Tempos Históricos**, vol. 18. 1º semestre de 2014. p. 13-43.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro. Graal, 1986.

MESZÁROS, István. Bolívar e Chávez: o espírito da determinação radical. **Revista Margem Esquerda**, nº 8, 2006b. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/03/05/bolivar-e-chavez-o-espírito-da-determinacao-radical/>. Acesso em: 11 out 2015.

_____. Entrevista. **Revista Margem Esquerda**, nº7, 2006a. Boitempo editorial. Entrevista concedida a Ivana Jikings. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=831> acesso em: 11 out 2015

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A “Intentona Comunista” ou a construção de uma legenda negra. In: **Revista Tempo**. Niterói. n.13. p. 183-207. jul 2002a. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018088007>. Acesso em: 26/10/2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002b.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil**. Vozes: Rio de Janeiro, 1978.

PADRÓS, Enrique. As escolas militares do Estados Unidos e a pentagonização das forças armadas da América Latina. In: **Revista Outros Tempos**. Vol.1 esp. 2007. p. 13-31.

PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Unb, 1998. p. 748-754.

PAULA, Christiane Jalles de. **O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepubblica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais>. Acesso em: 02 nov. 2015.

PEDROSA, Mário. **A opção brasileira**. Civilização Brasileira, 1966.

_____. **A opção imperialista**. Civilização Brasileira, 1965.

PUGLIA, Douglas Biagio. **Pensamento Militar brasileiro e ação política**. Anais do XVII Encontro Regional de História – O Lugar da História, Campinas, 6 a 10 set. 2004. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XV/Douglas%20Biagio%20Puglia.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (versão digital)

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina. EDUEL, 2001.

SANTOS, Everton Rodrigo. **Poder e dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra (1974-1989)**. Porto Alegre: Sulina, Novo Hamburgo: Feevale, 2010.

SCHILLING, Paulo R.. **O expansionismo brasileiro: A geopolítica do General Golbery e a Diplomacia do Itamaraty**. São Paulo: Global, 1981.

SILVA, Michel Goulart. Revista técnico científica (IFSC) . Os ciclos de estudo da ADESG e a formação de "elites civis". v.3, n.1, 2012. p. 593-603. In: **1º Simpósio de Integração Científica e tecnológica do sul catarinense**.

SILVA, Ricardo Virgilino da. **A ideologia do Estado autoritário no Brasil**. Chapecó: Editora Argos, 2004.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. Em nome da ordem: a cultura política anticomunista nas forças armadas brasileiras (1935-1985). In: **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.151-169, 19 jun. 2014. Universidade Estadual de Londrina.
<http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n1p151>.

TOLEDO, Caio Navarro de. A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964. **E-premissas: revista de estudos estratégicos**. n. 01, p.120-130, jun-dez. 2006. (Dossiê Dreifuss).

_____. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p.13-28, jan. 2004.

TRIGUEIRO, Michelangelo. Uma discussão sobre ciência e a ideologia em Althusser. In: **Caderno de Ciência e Tecnologia**. Vol 2, n. 3. Brasília, set-dez de 1985. p. 421-430.

TREVISAN, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Ridendo Castigat Mores, 2005. Disponível em:
<<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/militar2.html>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

VIZENTINI, Paulo G. F. **Relações internacionais e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1995.